4ª expotec

MOSTRA DE TRABALHOS E PROJETOS DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

De 13 a 30 de junho de 2014

NO BOURBON SHOPPING WALLIG / PORTO ALEGRE - RS

Catálogo de Resumos dos Trabalhos

astec

Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

www.astecpmpa.com.br

Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

4ª Expotec

Mostra de Trabalhos e Projetos dos Técnicos de Nível Superior da Prefeitura de Porto Alegre

De 13 a 30 de junho de 2014

Local:
Bourbon Shopping Wallig
Porto Alegre - RS

CATÁLOGO DE RESUMOS DOS TRABALHOS

Coordenadora Geral:
Biól. Isabel Junqueira

Porto Alegre
2014

ASTEC
ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
Barão do Triunfo n° 419, conj. 304 - Bairro Menino Deus - Porto Alegre CEP: 90130-101
(051) 3217-2921, 3219-6666, 9629-1075
atendimento@astecpmpa.com.br
www.astecpmpa.com.br

4ª Expotec

Mostra de Trabalhos e Projetos dos Técnicos de Nível Superior da Prefeitura de Porto Alegre

De 13 a 30 de junho de 2014

COMISSÃO EXECUTIVA

Coordenação Geral
Biól. Isabel Junqueira

Diretora Cultural
Bibl. Carmem Maria Lapolli von Hoonholtz

Colaboradora
Adm. Vera Lúcia Broki Brasil

Divulgação e Imprensa
Jorn. Ruvana De Carli

Secretária
Marta Rosi Souza dos Santos

ISBN: _____
Tiragem: 500 exemplares
Planejamento gráfico: Campo 3 Promoções e Eventos
Impressão: Gráfica Expresso Cópias
Impresso em papel Couchê fosco 230 g/m²

Disponível também em: www.astecpmpa.com.br

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária Carmem Maria Lapolli von Hoonholtz CRB-10/473

E96c

Expotec: Mostra de Trabalhos e Projetos dos Técnicos de Nível Superior da Prefeitura de Porto Alegre. (4.:2014:Porto Alegre).
Catálogo de resumos dos trabalhos. Porto Alegre: Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, 2014.
XX p. il. 42 x 29,7 cm
ISBN
1. Gestão pública municipal - Porto Alegre
2. Trabalhos técnicos - Porto Alegre. I. Junqueira, Isabel, Coord. II. Título.

CDU (Edição-padrão internacional em língua portuguesa)
352(816.51)(061.3)

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Associação dos Técnicos de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

GESTÃO 2013 / 2014
Diretoria Executiva

Biól. Isabel Cristina Junqueira
Presidente

Arq. Sonia Maria dos Santos Castro
Vice-Presidente

Adm. Adriana Nunes Paltian
Diretora Administrativa

Eng. Civil Carlos Adolfo Bernd
Diretor Financeiro

Téc. Com. Social Adroaldo Bauer Spíndola Corrêa
Diretor de Relações Trabalhistas e Sindicais

Bibl. Carmem Maria Lapolli von Hoonholtz
Diretora Cultural

Arq. Josane Gauer
Diretora de Relações com Aposentados e Pensionistas

Conselho Deliberativo

Eng. Elétr. Adriano Roque de Arruda
Cont. Ari Krasner
Eng. Civil Dante Cerqueira Michele
Arq. Denise E. H. Pickler
Eng. Quím. Déri C. da Rocha
Biól. Eduardo Olabarriaga
Adm. Herni Luiz Pinto Michel
Eng. Agrôn. Irineu Pedro Chaves Nunes
Enf. Lurdes Maria Toazza Tura
Adm. Marcia C. da Silva
Eng. Civil Marco A. M. da Silveira
Eng. Civil Rodrigo Caberlon Cruz
Eng. Sérgio Luiz Brum
Adm. Vera Lúcia Brocki Brasil
Biól. Vladimir S. Torres

Conselho Fiscal

Econ. Marisa Ney Santos Pinho
Econ. Valdir Belbute
Adm. Jardel de Borba Cunha
Téc Com. Social João Iudes Nodari

SUMÁRIO

		Páginas
APRESENTAÇÃO		8
A DECODIFICAÇÃO DA LINGUAGEM URBANA COMO LEGADO DO ARQUITETO SOCIAL	DEMHAB	9
A INTEGRAÇÃO DA CLÍNICA PSICOLÓGICA COM RECURSOS CULTURAIS DA CIDADE - UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS NA SAÚDE PÚBLICA.	SMS	10
APLICAÇÃO DA ÁREA LIVRE PERMEÁVEL NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE	SMAM	11
ÁREA RURAL DE ALEGRE, PRODUÇÃO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	SMAM	12
ATIVIDADE COMEMORATIVA AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER	SMS	13
BAÚ DE HISTÓRIAS: ERA UMA VEZ ...	SMED	14
BIBLIOTECA ECOLÓGICA INFANTIL MARIA DINORAH: UM MUNDO LÚDICO AO SEU ALCANCE	SMAM	15
CAMPANHA DE LUTA CONTRA O CÂNCER DE MAMA - OUTUBRO ROSA 2013	SMS	16
COMBINADO GRUPO GERADOR E NO BREAK PARA APARELHO DE RAIO X	SMS	17
COMISSÃO INTERNA DE GERENCIAMENTO DE ENERGIA – MAIOR IMPORTÂNCIA EM TEMPOS DE CRISE	SMS	18
COMPARAÇÃO DOS VOLUMES DE MICRO RESERVATÓRIOS DE DETENÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS	DEP	19
CRIAÇÃO DE MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE	SMAM	20
ENTENDENDO A “RECICLAGEM” NA CIDADE DE PORTO ALEGRE	SMAM	21
ESTUDO PRELIMINAR DA COMUNIDADE PLANTÔNICAE ELEMENTOS AMBIENTAIS COMO INDICADORES DA NECESSIDADE DE MANEJO EM UM PARQUE URBANO DE PORTO ALEGRE, RS – BRASIL	SMAM	22
IMPLANTAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA EMERGÊNCIA DO HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO DE PORTO ALEGRE	SMS	23
IMPLANTAÇÃO DA LOJA DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR	SMS	24
IMPLEMENTAÇÃO DA SEGREGAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA UNIDADE DE EMERGÊNCIA	SMA	25
MATRIZ DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS PMPA	SMA	26
MODELO INTERDISCIPLINAR: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO RESIDENTE EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL	SMS	27

		Páginas
MUDANÇAS OBSERVADAS PELA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO HIV/AIDS APÓS A IMPLANTAÇÃO DO TESTE RÁPIDO DO HIV NA REDE DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE	SMS	28
O SABER POPULAR NA PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE PORTO ALEGRE	SMS	29
OFICINAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA PROFESSORES NO PARQUE NATURAL MORRO DO OSSO.	SMAM	30
OUVIDORIA DA SAÚDE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO	SMS	31
PADRONIZAÇÃO DE MATERIAIS, INSUMOS, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	SMS	32
PLANEJAMENTO EM SAÚDE: UM PROCESSO PARTICIPATIVO E DEMOCRÁTICO	SMS	33
PROJETO AGENDA GERAÇÃO/POA	SMS	34
RELATO DAS AÇÕES DA COMISSÃO DE CADASTRO DE MARCAS DE MEDICAMENTOS HUMANOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE NO ANO DE 2013 – FOCO NA QUALIDADE	SMS	35
RESIDÊNCIA INTEGRADA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE – RIMS: ÊNFASE EM SAÚDE DA CRIANÇA HMIPV/SMS	SMS	36
UMA NOVA PADRONIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS DA SMAM	SMAM	37
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO AVANÇADA	SMS	38
UNIDADE DE SAÚDE COHAB CAVALHADA	SMS	39

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a Astec apresenta a 4ª Expotec, com 31 trabalhos selecionados, com artigos técnicos, projetos e relatos de experiências. Trata-se de mais um movimento da Entidade no sentido de cumprir a missão de valorização profissional.

O primeiro lançamento deste evento foi em 2007. Desde então, com significativa adesão dos associados, vem cumprindo o objetivo de divulgar e promover a produção técnica das soluções apontadas pelos profissionais com formação de nível superior à otimização dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Agradecemos a todos os autores que enviaram seus trabalhos, cujos conteúdos são de sua inteira responsabilidade.

Esse Catálogo estará disponível também, no site www.astecpmpa.com.br, bem como os trabalhos na íntegra.

Porto Alegre, junho de 2014.

Isabel Junqueira
Presidente da ASTEC

ASSOCIATIVISMO FORTE SE FAZ COM UNIDADE E AÇÃO.
DIRETORIA EXECUTIVA - GESTÃO 2013 - 2014

Autores:

Soraya Ribeiro
Biólogo, Mestre em Zoologia, Chefe da Equipe de Controle Agrosilvopastoril e Fauna Silvestre da SMAM.

Renata Cardoso Vieira
Bióloga, Mestre em Biologia Animal, Doutorando em Biologia Animal pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, técnica da Equipe de Controle Agrosilvopastoril e Fauna Silvestre da SMAM.

Carlos Augusto Nissola
Engenheiro Agrônomo, técnico da Equipe de Controle Agrosilvopastoril e Fauna Silvestre da SMAM.

ÁREA RURAL DE ALEGRE, PRODUÇÃO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Porto Alegre é a segunda capital brasileira com a maior área rural. A capital possui cerca de 700 propriedades rurais, localizadas em 11 bairros da Zona Sul com uma diversidade de produção vegetal com destaque na fruticultura, olericultura criação de animais como suínos, bovinos, ovinos, peixes, frangos, ovos e mel. Existem atualmente oito associações de produtores agroecológicos, envolvendo cerca de 40 famílias com certificação participativa de produtos.

Hortaliças Irrigadas
(Fonte: Imparcial)

Suíno
(Fonte: Soraya Ribeiro)

Paisagem Rural
(Fonte: Soraya Ribeiro)

Despesca
(Fonte: Poa Rural)

Acompanhando esta produção, desenvolve-se uma gama de agroindústrias familiares como o beneficiamento do pescado que congrega 200 famílias e a agroindústria de processamento de carnes, leite e vegetais. Esta produção é fundamental para manutenção da compra direta da agricultura familiar para as escolas do município.
Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a Capital perdeu 1.455 hectares de lavoura plantada entre 1991 e 2011, uma redução de 69,2% do total cultivado no período. O setor primário corresponde a 0,06% do Produto Interno Bruto (PIB) local, totalizando R$ 25,8 milhões, conforme levantamento da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

A expansão imobiliária para o Sul de Porto Alegre pode levar até 286 mil pessoas à região. Foram mapeadas, pelo DMAE, a existência de 188 empreendimentos, em diferentes fases de execução, e outros em fase de projetos e análises ambientais.

A manutenção da atividade na região Extremo Sul ganha argumentos além do aspecto financeiro, pois muitas propriedades mantêm grande parte da área natural. Quando o produtor vende sua terra, quem perde é a cidade. Ocorre a Impermeabilização do solo dificultando a recarga dos aqüíferos, perde espaços de preservação da biodiversidade e regulação do clima bem como a produção de alimentos com garantia de origem. O município possui 8 mil hectares aptos para o plantio e outros 9 mil destinados à preservação ambiental.

Algumas iniciativas como o fomento agrícola, turismo rural, criação de unidades de conservação e o licenciamento ambiental são ferramentas que visam à manutenção destas atividades rurais. O licenciamento ambiental abrange áreas como irrigação, suinocultura, piscicultura, bovinocultura, avicultura, corte de Eucaliptus, Pinus e Acácia. Esta ferramenta tem como objetivo trazer o agricultor para a formalidade dando mais segurança na sua atividade e abrindo possibilidades de créditos e parcerias com órgão de financiamento.

Tendo em vista estas demandas que até então não eram atendidas, a SMAM criou em 2013 a Equipe de Controle Agrossilvopastoril e Fauna Silvestre para tratar de assuntos referentes ao licenciamento ambiental.

Paralelo a isto, está sendo nucleada uma divisão de Unidades de Conservação que tem como objetivo incentivar e criar novas unidades de conservação como, por exemplo, as RPPNS, APA Cinturão Verde e o Refugio de Vida Silvestre. Com mais Áreas Protegidas, mais diretrizes de conservação podem ser implantadas, entre estas, destaca-se a manutenção da produção agrícola, pagamento de serviços ambientais e participação da população local na toda de decisões quanto à mudança da matriz local.

Reforça-se também a importância da volta da Zona Rural no Plano Diretor Urbano Ambiental. Com isto, os conflitos entre Legislações Sanitárias e Ambientais deixam de existir e possibilita trazer mais produtores para a formalidade.

Silvicultura
(Fonte: Soraya Ribeiro)

Autores:

Adriana dos Santos Gomes
Bibliotecária / UFRGS
Coordenadora da Biblioteca da SMED
adrianagomes@smed.prefpoa.com.br

Anelise Tolotti Dias Nardino
Bibliotecária / UFRGS
Esp. Gestão Escolar / SENAC
anelise.nardino@smed.prefpoa.com.br

Bianca Bischoff de Oliveira
Bibliotecária / UFRGS
bianca.bischoff@smed.prefpoa.com.br

Giane Zacher
Bibliotecária / UFRGS
Pedagogia / FEEVALE
giane@smed.prefpoa.com.br

Renata de Souza Borges
Bibliotecária / UFRGS
Esp. RS: história, memória e patrimônio / FAPA
renata.borges@smed.prefpoa.com.br

Rodolfo de Matos Rocho
Bibliotecário / UFRGS
Gestão Cultural / SENAC
rodolfo.rocho@smed.prefpoa.com.br

BAÚ DE HISTÓRIAS: ERA UMA VEZ ...

Objetivo:

Estimular a leitura e o contato com livros infantis de qualidade nas Instituições de Educação Infantil Conveniadas a PMPA, ampliando o repertório, estimulando a contação de histórias, o desenvolvimento do imaginário infantil e a interação com o grupo. Oportunizar o gosto e o encanto pela leitura no ambiente familiar, facilitando o contato com o livro. Garantir experiências e interação da criança com a linguagem oral e escrita.

Resumo:

O Projeto Baú de Histórias: era uma vez ... nasceu da necessidade de desenvolver uma ação de incentivo a leitura para atender crianças de 0 à 06 anos. É desenvolvido pelas equipes da Educação Infantil e Biblioteca SMED. Propõe que os baús de livros circulem pelas Escolas Infantis Conveniadas das quatro regiões do município de Porto Alegre levando encantamento e lazer, despertando o gosto pela leitura e desenvolvendo o comportamento leitor.

Resultados

Integra as políticas de incentivo a leitura com o objetivo de viabilizar o acesso a um acervo de qualidade, ampliando as possibilidades de formação de novos leitores, dentro e fora da escola. Resgata a importância da contação de histórias e da função social da leitura, bem como estimula o envolvimento das famílias e dos professores neste processo.

Contribui para a criação de espaços de leitura nas Instituições de Educação Infantil Conveniadas a PMPA.

Referências

ROSCOE, Alessandra Pontes. Guia de leitura para bebês e pré-leitores: 180 livros para despertar o prazer de ler.
Porto Alegre: CORAG, 2012.

SMED
Secretaria Municipal de Educação

UMA NOVA PADRONIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS DA SMAM

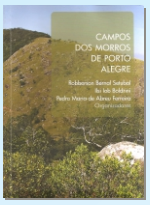
Autores:

Carmem Maria Lapolli von Hoonholtz
Bibliotecária CRB 10/473
Chefe da Equipe de Bibliotecas da SMAM
carmemvon@smam.prefpoa.com.br

Elisabete Lorensi Ferreira
Bibliotecária CRB 10/2066
Equipe de Bibliotecas da SMAM
elisabete.lorensi@smam.prefpoa.com.br

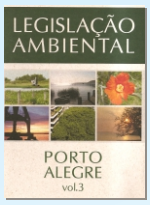
Júlia Agustoni Silva
Bibliotecária CRB 10/1788
Equipe de Bibliotecas da SMAM
julia.agustoni@smam.prefpoa.com.br

Campos dos morros de Porto Alegre



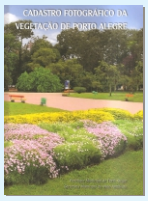
Legislação ambiental I

Legislação ambiental III



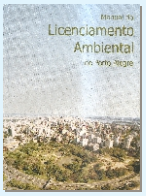
Plano diretor de arborização urbana de Porto Alegre

Cadastro fotográfico da vegetação de Porto Alegre

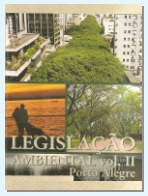


Projetos de monitoramento da qualidade do ar em Porto Alegre

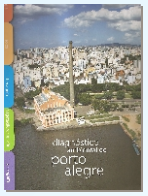
Manual do licenciamento ambiental de Porto Alegre



Legislação ambiental II

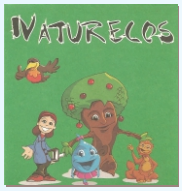


Diagnóstico ambiental de Porto Alegre



V Conferência Municipal do Meio Ambiente

Naturecos



Objetivo:

Ressaltar a importância da normatização nas publicações oficiais e apresentar o padrão adotado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM).

Resumo:

A Lei Federal nº 12.527/11, conhecida como Lei de Acesso a Informações Públicas, define que os órgãos de todas esferas garantam o direito de acesso às informações públicas. Com a crescente publicação de materiais pela SMAM, ocorreu a necessidade da criação de um padrão, fundamentado nas diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no depósito legal e no registro bibliográfico na Biblioteca Nacional, projeto este que resultou na Instrução Normativa nº 005/11, assinada pelo secretário da SMAM. Este padrão tem o intuito de facilitar a elaboração das publicações e garantir sua plena utilização pelos usuários. Com isso, é possível conferir-lhes uniformidade, capaz de proporcionar a recuperação facilitada das informações nelas contidas, bem como estabelecer um controle editorial das publicações oficiais da Secretaria.

Resultados:

O conhecimento técnico-científico só pode ser considerado efetivamente existente na medida em que esteja publicado de forma impressa ou eletrônica e que possa ser recuperado nos diversos contextos. Com a elaboração de um padrão instituído de normatização, a equipe de bibliotecários da SMAM pretendeu ressaltar, sempre em busca da excelência, o caráter técnico-científico e oficial das publicações da Secretaria, bem como possibilitar uma orientação aos usuários através do Guia para Normatização de Publicações Oficiais da SMAM, conforme a ABNT, elaborado em dezembro de 2013, o qual está disponível no site da SMAM.

Referências:

CÔRTE, Adelaide Ramos e (Org.). **Publicações oficiais brasileiras**: guia para editoração. Brasília: Presidência da República, 2010.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da. O serviço de normalização científica na Biblioteca da Unesp/Botucatu-Rubião Junior. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25, 2013, Florianópolis, SC. Anais... Florianópolis, 2013.

ROTHER, Edna Terezinha. O papel da normalização nas publicações científicas. **Rev. bras.oftalmol.**, Rio de Janeiro, v.66, n.4, jul./ago. 2007. Disponível em: http://ref.scielo.org/btpjkb
Acesso em: 02 abr. 2014.

4ª expotec
MOSTRA DE TRABALHOS
E PROJETOS DOS TÉCNICOS
DE NÍVEL SUPERIOR
DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.

astec
Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

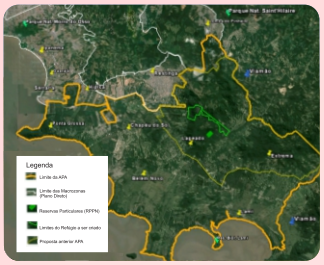
Autores:

Maria Carmen Sestren-Bastos
Bióloga (UFRGS), Mestre em Botânica (UFRGS)
Especialista em Administração Pública (IBGEN)
Assessora de Unidades de Conservação
da SMAM.
mcarmen@smam.prefpoa.com.br

Soraya Ribeiro,
Bióloga (PUC), Mestre em Zoologia (PUC)
Chefe da Equipe de Controle Agrosilvopastoril
e Fauna Silvestre da SMAM.
ribeiro@smam.prefpoa.com.br

Renata Cardoso Vieira
Bióloga (UFRGS)
Mestre em Biologia Animal (UFRGS)
Doutoranda em Biologia Animal (UFRGS)
Técnica da Equipe de Controle Agrosilvopastoril
e Fauna Silvestre da SMAM.
renata.cardoso@smam.prefpoa.com.br

CRIAÇÃO DE MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE



Mapa das Unidades de Conservação.

Objetivo:

Criar Unidades de Conservação da Natureza na zona sul de Porto Alegre para garantir a manutenção do ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, pois ele é um bem comum do povo e sua manutenção é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal Brasileira.

Resumo:

Unidades de Conservação de Proteção Integral são áreas protegidas nas quais apenas os usos indiretos são permitidos, aqueles que não interfiram nos processos ecológicos. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável são aquelas nas quais são permitidos usos dos recursos ambientais de forma sustentável e harmônica (Lei federal 9.985/2000 – SNUC e Lei municipal 679/2011 - SMUC).

O Morro São Pedro é uma área de grande interesse ambiental. A Criação de uma Unidade de Conservação da Natureza (UC) de Proteção Integral na região foi acordada entre a PMPA e a FEPAM como medida compensatória do Programa Sócio Ambiental (PISA) (LP n° 31/2002). A Fundação Zoobotânica (FZB) fez estudos sobre o Morro São Pedro em 2003, os quais resultaram na proposta de criação de um Parque Natural de mais de mil hectares, categoria que prevê a desapropriação da terra. Em audiência pública a proposta foi criticada, principalmente devido às restrições ao direito de propriedade.

Após debates técnicos e reuniões com outros setores e com pesquisadores, a SMAM elaborou uma nova proposta. Será um "mosaico de unidades de conservação e áreas protegidas", previsto nas leis do SNUC e SMUC. O mosaico é o conjunto de Unidades de Conservação, próximas ou sobrepostas e que devem ser gerenciadas em conjunto. No caso do Morro São Pedro serão criadas uma Unidade de Conservação de Proteção Integral de 136 hectares da categoria Refúgio de Vida Silvestre (RVS) que estará inserida em uma outra, de Uso Sustentável, com 15.000 hectares, da categoria Área de Proteção Ambiental (APA). O mosaico será formado pelo conjunto das duas UC, áreas rurais e outras áreas protegidas da região e por terras indígenas, por solicitação dos próprios indígenas.

A criação de uma UC deve ser precedida de consulta pública, por obrigação legal. A SMAM optou por realizar reuniões prévias nas comunidades locais e finalizar com uma consulta pública via Internet sobre o Refúgio e audiência presencial sobre a criação da APA. Foram realizadas 42 reuniões, nas quais os participantes preencheram um formulário de sugestões e outro de interesse em participar dos conselhos. Mais de 554 pessoas participaram das reuniões e 88 registraram sugestões, a maioria em apoio a criação do Mosaico para a região Sul do município e solicitando a ampliação das áreas da Unidade de Conservação. As sugestões foram analisadas e a proposta inicial modificada de acordo.

A consulta pública on-line ficou disponível 45 dias a partir de 16/09/2013. Recebemos sugestões de 334 participantes, sendo 96% favoráveis à criação da Unidade de Conservação. Diversas sugestões defenderam a ampliação da área de conservação.

A SMAM, em atendimento às normas legais específicas sobre indígenas, promoveu diversos encontros com as etnias presentes em Porto Alegre e seus interlocutores. O objetivo foi dar-lhes conhecimento do projeto e promover a sua participação na criação e implantação das Unidades de Conservação.

Vista do Morro São Pedro.
Foto: Soraya Ribeiro

Jalapa encarnada, espécie de flora ameaçada de extinção (Mandevilla coccinea).
Foto: Maria Carmen Bastos

Foto do Bugio (Alouatta guariba clamitans).
Foto: Soraya Ribeiro

Resultados:

As próximas ações serão a criação do Refúgio de Vida Silvestre São Pedro e da Área de Proteção Ambiental Cinturão Verde através de decretos. Uma portaria reconhecerá, então, que as Unidades de Conservação criadas e outras áreas protegidas, a critério do gestor público, formarão um Mosaico, que deverá ter uma gestão integrada.

Audiência Pública da Criação da área de Proteção Ambiental Cinturão Verde. Clube Lageado, 03/09/2013.

SMAM
Secretaria Municipal do Meio Ambiente

4ª expotec

MOSTRA DE TRABALHOS
E PROJETOS DOS TÉCNICOS
DE NÍVEL SUPERIOR
DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.

astec
Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

A DECODIFICAÇÃO DA LINGUAGEM URBANA COMO LEGADO DO ARQUITETO SOCIAL

Autor:

Fernando Biffignandi
Arquiteto e Urbanista do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre
Mestre em Comunicação Social (PUCRS)
biffignandi@demhab.prefpoa.com.br

Objetivo:

O trabalho objetivou estudar o modelo utilizado pelos técnicos do Poder Público no repasse das informações às famílias beneficiadas nos processos de construção de moradias, a partir de projetos executados através da política habitacional de interesse social. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa científica visando diagnosticar o conhecimento mútuo no processo, recorrendo a referenciais comuns ao campo da arquitetura e comunicação, através de uma metodologia analítica de conteúdo, realizada a partir do levantamento de dados baseado em técnicas de questionário e entrevista, aplicadas (grupos focais) com os moradores das comunidades de baixa-renda moradoras no Loteamento Vale do Salso e Conjunto Residencial Nova Chocolatão, ambas em áreas distintas de Porto Alegre.

Resumo:

Ao considerar que um projeto urbanístico deve ser concebido como um processo de ação conjunta, a justificativa dessa pesquisa se enquadra na compreensão da ação social do arquiteto enquanto promotor da cidade e o seu papel nessa complexa relação com as comunidades carentes: a urgência em compreender as diferentes linguagens, traduzindo anseios e necessidades, na busca da compreensão da informação técnica que os profissionais tem o dever de transmitir. Este artigo analisou então, as características do trabalho desenvolvido pelos arquitetos do Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul junto aos moradores de comunidades de baixa-renda.

Indicação das comunidades na planta geral de Porto Alegre.

1. Aeroporto Salgado Filho
2. Centro / Eventos FIERGS
3. Prefeitura
4. Parque Farroupilha
5. Parque Chico Mendes
6. PUCRS
7. Morro / Embratel
8. Hipódromo / Cristal
9. Clube Jangadeiros
10. Parque Knijnik
11. Aeroclube / Belém Novo
12. Lami

Fonte: Autor

Vista aérea do Loteamento Vale do Salso

Vista aérea do Conjunto Residencial Nova Chocolatão

A nova realidade dos moradores

Foto: Prefeitura de Porto Alegre

As casas do Condomínio Residencial Nova Chocolatão

Foto: Ivo Gonçalves

Resultados:

Os resultados evidenciaram a importância do referencial humano nos processos comunicacionais entre as comunidades carentes e arquitetos responsáveis pelos projetos de habitação de interesse social. Compreender que o poder público deve dar atenção especial a esse relacionamento, facilitando o aprendizado da linguagem técnica empregada. A certeza de que cada novo empreendimento social produzido pelo Demhab será enriquecido com o envolvimento de todos os membros da comunidade, através da conscientização sobre a importância da comunicação, garantindo não apenas o direito à informação, mas a construção de sua própria identidade.

Referências:

ARTIGAS, Vilanova. **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify,1999.
BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados**. S. Paulo: Cortez, 1980.
CANCLINI, Néstor. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. In: **Opinião Pública**. v.07, nº1, Campinas: CESOP -Centro de Estudos de Opinião Publica da Universidade Estadual de Campinas, 2002, p.40-53.
COSTA, Lúcio. **Considerações sobre arte contemporânea** In: COSTA, Lúcio. (1940) Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
FATHY, Hassan. **Construindo com o povo: arquitetura para os pobres**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.
HEIDEGGER, Martin. **Língua de tradição e língua técnica**, Lisboa, Portugal: Vega, 1995.
FERNANDES, Marlene. **Agenda Habitat para Municípios**. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.
MARSCHALL, Thomas. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
PIRES, Marcelo e BOLL, Armindo. A folkcomunicação como alavanca para o fortalecimento do poder em comunidades populares. In: **Território da folkcomunicação**. MACIEL, Betânia; MARQUES DE MELO, José (Orgs.). Natal: UFRN, Departamento de Comunicação Social, 2011, p.68-81.
ROLNIK, Raquel. **Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes** in: e-metropolis –Observatório das metrópoles, nº 05 • ano II - junho de 2011 (p.37-42).

BIBLIOTECA ECOLÓGICA INFANTIL MARIA DINORAH: um mundo lúdico ao seu alcance

Autores:

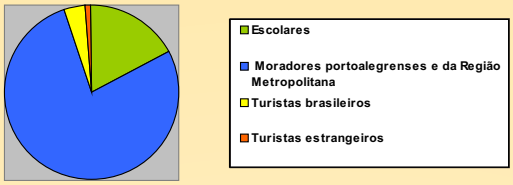
Carmem M. Lapolli Von Hoonholtz
Bibliotecária CRB 10/473 – Chefe Equipe de Bibliotecas SMAM
carmemvon@smam.prefpoa.com.br

Elisabete Lorensi Ferreira
Bibliotecária CRB 10/2066 - Equipe de Bibliotecas SMAM
elisabete.lorensi@smam.prefpoa.com.br

Objetivo:

Promover o incentivo à leitura e à consciência ecológica, através de ações culturais e educativas com escolas, entidades e público em geral.

Gráfico – Público atendido pela Biblioteca do Parcão em 2013



Fonte: Equipe de Bibliotecas da SMAM

Visita da EMEF Lauro Rodrigues
Fonte: Carmem M. Lapolli Von Hoonholtz

Prédio da Biblioteca
Fonte: PMPA

Oficina de máscaras no Dia das Crianças
Fonte: Carmem M. Lapolli Von Hoonholtz

Resumo:

A Biblioteca Ecológica Infantil Maria Dinorah, pertencente à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), existe há 28 anos, e desde 2004 está localizada no prédio do moinho no Parque Moinhos de Vento (Parcão). Desde sua concepção, tem sido referência pelo seu trabalho de incentivo à leitura e à conscientização ambiental. Promove mediação de leitura através de oficinas de literatura e saraus poéticos a grupo de escolares, mediante agendamento; inclusive sessões de contação de histórias, oficinas de arte (pintura, dobraduras, confecção de mini-livros, etc.) em eventos comemorativos do calendário oficial do Município ao público em geral. Seu acervo (classificado por temática e faixa etária) é composto por livros infantojuvenis, paradidáticos de cunho ambientalista, literatura (contos de fadas, poesia, etc.), gibis e jogos educativos, além de obras sobre Porto Alegre, revistas, publicações da SMAM e materiais de divulgação turística da cidade, todos disponíveis para consulta local e/ou empréstimo. Através da qualificação dos serviços e a diversidade do seu acervo, a Biblioteca possibilita aos diferentes públicos o acesso à cultura, à informação e à conscientização ambiental de forma a contribuir para a construção da cidadania.

Resultados:

No ano de 2013 a Biblioteca atendeu aproximadamente 3.500 crianças e adultos, dentre estes 514 alunos de 11 escolas, além de turistas brasileiros e estrangeiros. A Biblioteca espera ampliar seu atendimento a partir da visibilidade propiciada pela Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014™, uma vez que foi uma das 10 selecionadas pelo Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região (CRB10) para evento de fiscalização conjunta com outros Conselhos.

Referência:

SCURACHIO, Edynea Spricigo; ZAFALON, Zaira Regina. Organização do acervo e acesso pelo público infantil: possibilidades e encontros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais**... Florianópolis: Febab, 2013. p. 1 - 16. Disponível em: http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1255/1256. Acesso em: 02 abr. 2014.

4ª expotec
MOSTRA DE TRABALHOS
E PROJETOS DOS TÉCNICOS
DE NÍVEL SUPERIOR
DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.

astec
Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

Autores:

Stanlei M. M. Amaral
Engenheiro Civil
Especialista em Gestão de Recursos Hídricos
DEP/PMPA
stanlei@dep.prefpoa.com.br

Daniela Bemfica
Engenheira Civil
Mestre em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental DEP/PMPA
daniela@dep.prefpoa.com.br

COMPARAÇÃO DOS VOLUMES DE MICRO RESERVATÓRIOS DE DETENÇÃODE ÁGUAS PLUVIAIS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Objetivo:

O objetivo do presente trabalho é comparar a legislação dos diversos municípios brasileiros que exigem o controle do escoamento pluvial na fonte.

Localidade	Legislação	Fórmula
Porto Alegre	Decreto 15.371/06	V = 4,75 x A_{imp}, onde V é o volume do reservatório (m^3) e A_{imp} é a área impermeabilizada (ha) $Q_{restrição}$ = 20,8 L/(s x ha)
Distrito Federal	Resolução 09/11	V = (4,705 x Ai) x Ac, onde V é o volume (m^3), Ai é o % de área impermeável do terreno e Ac é a área de contribuição (ha) $Q_{restrição}$ = 24,4 L/(s x ha)
Campo Grande	Plano Diretor de Drenagem Urbana	V/A = 585,8 x AI, onde V/A é o volume dividido pela área de contribuição (m^3/ha) e AI é a proporção de área impermeável (entre 0 e 1) $Q_{restrição}$ = 28,3 L/(s x ha)
Belo Horizonte	Lei 7.166/95	V = 30 L por m^2 de terreno impermeabilizado que exceda o limite previsto pela lei
Campo Grande	Lei Complementar 74/05	
Guarulhos	Lei 5.617	Volumes de 500 a 3.500 L, para lotes com áreas de 125 a 600 m^2. Para lotes com áreas superiores a 600 m^2, V = 6 L por m^2 de área total do lote
São Carlos	Lei 13.246/03	
Brotas	Lei Complementar 12/06	Volume de 1.200 litros para lotes de 200 m^2. Para lotes com áreas superiores a 600 m^2, V = 6 L por m^2 de área total do lote. $Q_{restrição}$ = 20 L/min
São Paulo (município)	Lei 13.276/02 e Decreto 41.814/02	V = 0,15 x Ai x IP x t onde V é o volume do reservatório (m^3), Ai é a área impermeabilizada (m^2), IP é o índice pluviométrico (constante e igual a 0,06 m/h) e t é o tempo de duração da chuva (1 hora)
São Paulo (estado)	Lei 13.276/02 e Decreto 41.814/02	
Niteroi	Lei 2.630/09	
Santos	Decreto 6.044/12	Idem a SP, porém multiplicada por 2 para a parcela continental do município
Rio de Janeiro	Decreto 23.940/04	Idem a SP, porém com IP variando entre 0,06 e 0,07 m/h, de acordo com a região do município
Curitiba	Decreto 176/07	Idem a SP, porém a constante é 0,2 e IP é 0,08 m/h $Q_{restrição}$ definida de forma indireta (DN do orifício regulador de vazão variando de 25 a 500 mm, em função do volume)

Resumo:

Uma das principais ferramentas para minimizar os impactos da urbanização no sistema de drenagem pluvial urbana é a implantação de micro reservatórios de detenção nos lotes edificados. O presente trabalho compara diferentes formulações empregadas para determinação dos volumes de reservação, apontando divergências e discutindo a necessidade de revisão dos critérios adotados.

Área Lote (m^2)	Área Impermeável (%)	Volume (m^3)									
		Porto Alegre	BH e Campo Grande (legislação)	SP, RJ (IP=0,06 m/h) e Niteroi	RJ (IP=0,07 m/h)	Santos Insular	Santos Continental	Curitiba	Guarulhos, S. Carlos e Brotas	Campo Grande (Plano Diretor)	Brasília
600	50	12,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,60	17,57	14,12
	75	19,13	0,90	4,05	4,73	0,00	8,10	7,20	3,60	26,36	21,17
	90	22,95	3,60	4,86	5,67	4,86	9,72	8,64	3,60	31,63	25,41
	100	25,50	5,40	5,40	6,30	5,40	10,80	9,60	3,60	35,15	28,23
1000	50	21,25	0,00	4,50	5,25	0,00	0,00	0,00	6,00	29,29	23,53
	75	31,88	1,50	6,75	7,88	0,00	13,50	12,00	6,00	43,94	35,29
	90	38,25	6,00	8,10	9,45	8,10	16,20	14,40	6,00	52,72	42,35
	100	42,50	9,00	9,00	10,50	9,00	18,00	16,00	6,00	58,58	47,05
2000	50	42,50	0,00	9,00	10,50	0,00	0,00	0,00	12,00	58,58	47,05
	75	63,75	3,00	13,50	15,75	0,00	27,00	24,00	12,00	87,87	70,58
	90	76,50	12,00	16,20	18,90	16,20	32,40	28,80	12,00	105,44	84,69
	100	85,00	18,00	18,00	21,00	18,00	36,00	32,00	12,00	117,16	94,10
3000	50	63,75	0,00	13,50	15,75	0,00	0,00	0,00	18,00	87,87	70,58
	75	95,63	4,50	20,25	23,63	0,00	40,50	36,00	18,00	131,81	105,86
	90	114,75	18,00	24,30	28,35	24,30	48,60	43,20	18,00	158,17	127,04
	100	127,50	27,00	27,00	31,50	27,00	54,00	48,00	18,00	175,74	141,15
5000	50	106,25	0,00	22,50	26,25	0,00	0,00	0,00	30,00	146,45	117,63
	75	159,38	7,50	33,75	39,38	0,00	67,50	60,00	30,00	219,68	176,44
	90	191,25	30,00	40,50	47,25	40,50	81,00	72,00	30,00	263,61	211,73
	100	212,50	45,00	45,00	52,50	45,00	90,00	80,00	30,00	292,90	235,25
10000	50	212,50	0,00	45,00	52,50	0,00	0,00	80,00	60,00	292,90	235,25
	75	318,75	15,00	67,50	78,75	0,00	135,00	120,00	60,00	439,35	352,88
	90	382,50	60,00	81,00	94,50	81,00	162,00	144,00	60,00	527,22	423,45
	100	425,00	90,00	90,00	105,00	90,00	180,00	160,00	60,00	585,80	470,50

Resultados:

Os resultados obtidos indicam a necessidade de que a discussão sobre a implantação do controle do escoamento na fonte nas cidades brasileiras seja aprofundada e que sejam padronizados critérios básicos de projeto, devidamente adaptados às características locais de cada município.

Referências:

ADASA (2011). Resolução 09. Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal.
BELO HORIZONTE (1996). Lei 7.166.
BRASIL (2011). Termo de Referência para Elaboração de Estudos de Concepção para Gestão das Águas Pluviais. Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. 2011. 40 p.
BROTAS (2006). Lei Complementar 12.
CAMPO GRANDE (2005). Lei Complementar 74.
CONSÓRCIO RES (2008). Plano Diretor de Drenagem Urbana de Campo Grande – Medidas Não-Estruturais. Prefeitura Municipal de Campo Grande.
CURITIBA (2007). Decreto 176. Prefeitura Municipal de Curitiba.
DEP/PMPA (2000). Plano Diretor de Drenagem Urbana de Porto Alegre – Fundamentos. Departamento de Esgotos Pluviais, Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
GUARULHOS (2000). Lei 5.617.
- (2004). Lei 6.046.
LID Center (2013). Urban Design Tools – Low Impact Development. Disponível em http://www.lid-stormwater.net/background.htm. Acesso em 14/05/2013.
NITEROI (2009). Lei 2.630.
PORTO ALEGRE (1999). Lei Complementar 434.
- (2006). Decreto 15.371. Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
RIO DE JANEIRO (2004). Decreto 23.940. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.
SANTOS (2012). Decreto 6.044. Prefeitura Municipal de Santos.
SÃO CARLOS (2003). Lei 13.246.
SÃO PAULO (2002). Lei 13.276.
- (2002). Decreto 41.814. Prefeitura Municipal de São Paulo.
- (2007). Lei Estadual 12.526/07.

Autores:

Cinéia dos Santos
Administradora,
Pós Graduada em Administração Hospitalar
SMA/ASSEPLA
cineia@sma.prefpoa.com.br

Elisa Marcon Aquino Kerber
Administradora, MBA em Finanças Empresariais SMA/EGP
elisak@sma.prefpoa.com.br

Nelson Barbieux Langaro
Psicólogo, Pós graduado em Psicologia Organizacional SMA/EGP
nelsonl@sma.prefoa.com.br

Semadar Jardim Marques
Administradora, Gestora da Coordenação Geral de Modernização Administrativa SMA/CGMA
semadarm@sma.prefpoa.com.br

Vanessa Beatriz Nachtigall
Psicóloga, MBA em Gestão do Desenvolvimento Humano e Organizacional SMA/SRH/GEAF
vanessabn@sma.porefpoa.com.br

MATRIZ DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS PMPA

Objetivo:

Construção de metodologias e programas estruturados com foco na capacitação de líderes para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre visando a elevação de seus níveis de competências e a eliminação de lacunas de desempenho na entrega de serviços à sociedade.

Resumo:

A Matriz de Desenvolvimento de Lideranças foi viabilizada através de convênio com o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade – PGQP, no qual foi contratada uma consultoria especializada – a Kienbaum Zant & Keseberg Consultoria Ltda, que trabalhou em conjunto com uma equipe da Prefeitura.

O trabalho de construção da matriz foi desenvolvido em duas etapas no segundo semestre de 2012. A primeira etapa chamada "Análise do Contexto Atual" buscou o entendimento das demandas atuais e necessidades futuras de desenvolvimento, através de entrevistas com secretários/diretores e workshops com convidados de todos os órgãos municipais. Na segunda parte do trabalho, partiu-se para a proposição da matriz em si.

Resultados:

Aumento de desempenho dos líderes e de seus resultados como gestores de processos, projetos e pessoas.

Melhor entendimento da dinâmica da administração, missão pública do município e cultura organizacional da Prefeitura de Porto Alegre.

Entrega de serviços de qualidade superior à sociedade de Porto Alegre.

Metodologia:

A Matriz de Desenvolvimento de Lideranças é sistematizada em cinco módulos temáticos por competências, que estruturam as colunas verticais. Nas linhas horizontais, foram organizados quatro níveis de programas de capacitação para desenvolvimento dos temas.

Na intersecção das colunas – Módulos – com as linhas – Programas – foram estruturadas ações de desenvolvimento. O conjunto desses componentes constitui a Matriz de Desenvolvimento.

Estrutura da Matriz de Desenvolvimento de Lideranças da PMPA
Fonte: Matriz de Desenvolvimento de lideranças – Guia de Apoio, 2012

Bibliografia:

QUEIROZ, Cláudio. As competências das pessoas. 4.ed. São Paulo, DVS Editora, 2008.
CHARAN, Ram et al. Pipeline de liderança – o desenvolvimento de líderes como diferencial competitivo.
BRANDÃO, Hugo Pena. Mapeamento de competências. São Paulo, Editora Atlas, 2012.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV in company – gestão estratégica. São Paulo, s/d.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV in company – desenvolvimento de equipes e lideranças. São Paulo, s/d.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV in company – gestão de processos e serviços. São Paulo, s/d.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV in company – gerenciamento de projetos. São Paulo, s/d.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV in company – cultura e clima organizacional. São Paulo, s/d.
MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal – treinamento em grupo. 17.ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2008.
FALCONI, José Vicente. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. 8.ed. Nova Lima, INDG Tecnologia e Serviços, 2004.
DI STÉFANO, Rhandy. O líder-coach – líderes criando líderes. Rio de Janeiro, Qualitymark Editora, 2012.
KIENBAUM. Academia de Líderes Developing People. Porto Alegre, Kienbaum, 2012.
BORGES-ANDRADE, Jairo et al. Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre, Artmed, 2006.

4ª expotec

MOSTRA DE TRABALHOS
E PROJETOS DOS TÉCNICOS
DE NÍVEL SUPERIOR
DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.

astec
Associação dos Técnicos
de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

RELATO DAS AÇÕES DA COMISSÃO DE CADASTRO DE MARCAS DE MEDICAMENTOS HUMANOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE NO ANO DE 2013 – FOCO NA QUALIDADE

Autoras:

Fabiane Matos Leffa
Farmacêutica Pronto Atendimento
Bom Jesus/SMS

Flávia Nunes da Rosa Fraga
Farmacêutica Hospital de Pronto Socorro/ SMS

José Gleyer dos Santos Vanti
Farmacêutico
Gerência de Materiais/SMS

Lívia S. Kümmel Maria
Farmacêutica - Centro de Saúde Modelo/SMS

Jovelina Rosa dos Santos
Farmacêutica
Coordenação Rede de Atenção Primária - CGAPSES/SMS

Paula Schneider
Farmacêutica
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas / SMS

Ruth Adriane Marques Gonçalves
Farmacêutica
Gerência Distrital Leste Nordeste / SMS

ccmed@sms.prefpoa.com.br

Objetivo:

Relatar o desempenho das atividades da Comissão de Cadastro de Marcas de Medicamentos Humanos (CCMED) no ano de 2013.

Resumo:

A CCMED busca a qualidade dos medicamentos adquiridos para Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA). Suas atividades são: elaborar Edital do Cadastro de Marcas, cadastrar e descadastrar marcas, receber, analisar e encaminhar desvios de qualidade. Figuras 1 e 2 (fotos). Após anos de trabalho, em 2013, a comissão entendeu a necessidade de trabalhar com avaliação e indicadores. Buscou seus dados nos registros das atas, emails e pasta de arquivos para relatar suas ações.

Reunião da CCMED realizada em 30/10/2013 na sala de reuniões no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas.
(Da esquerda para direita: Farmacêutica Ruth, Lívia e Flávia)

Reunião da CCMED realizada em 30/10/2013 na sala de reuniões no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas.
(Da frente para atrás: Farmacêutica Fabiane, Flávia e Lívia).

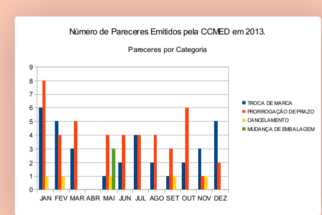
Resultados:

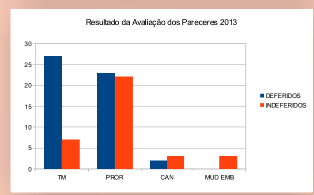
Uma meta atingida foi a informatização da maioria dos processos que permitiu o levantamento dos dados apresentados naTabela 1 e nos Gráficos 1 e 2. A implantação da informatização contrubuiu para a agilidade nos processos, para a segurança dos documentos recebidos e elaborados visto ficarem armazenados num servidor. O link do cadastro de marcas permitiu identificação rápida da validade dos documentos apresentados pelas empresas. O trabalho de monitoramento e estabelecimento de fluxos no processo de cadastro de marcas contribuiu para a agilidade no processo de compra e na segurança da qualidade, disponibilizando medicamentos, que atendam às determinações e recomendações técnico-legais. Vem ao encontro do que recomenda a literatura científica e o Ministério da Saúde. As parcerias firmadas no ano de 2013 com a Secratarìa Municipal da Fazenda (SMF) foram fundamentais para o desenvolvimento das nossas atividades, para o cumprimento dos editais e da manutenção da qualidade. É preciso valorizar a gestão pública atuante, que não permite inidoniedade em seus processos, penalizando, dentro na legislação vigente, entes que não respeitam contratos assumidos. O foco principal é o paciente que contará com medicamentos de qualidade e em tempo para seu uso. A elaboração de indicadores permitiu atender a uma das diretrizes prioritárias da Política Nacional de Medicamentos (PNM), o desenvolvimento da Assistência Farmacêutica, agregando valor às ações e serviços de saúde. Planejar, organizar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações são atividades inerentes a um bom gerenciamento. Os indicadores propiciam desenvolvimento na qualificação do fornecedor nas questões técnicas e administrativas, contribuindo para a aplicação das resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e das Boas Práticas de Farmácia.

Tabela 1 . Resumo dos indicadores da CCMED

Tabela: Indicadores CCMED relativos ao ano de 2013

Indicadores	Quantidade
1. ÈŽL·ĮÒŇde reunioes realizadas	17
2. ÈŽL·ĮÒŇde pareceres emitidos	87
3. Èáde solicitaçoes de inclusoes/renovaçoes de marcas no cadastro	0
4. ÈŽL·ĮÒŇİĮ ŃŇÕIJĨÏŰŹĮÓŇÏÒÏ ĒÐÆ	8
5. ÈŽL·ĮÒŇde queixas´tecnicas recebidas	9
6. ÈŽL·ĮÒŇde pregoes analisados em relaçao a marcas cadastradas	5





Referências:

BRASIL. Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações na administração pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, n. 116, seção 1, p.8269-8281, 21 de julho de 1993.
______. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Medicamentos, de 1998. 6ª Reimpressão. 40p. Il - (Série C. Projetos, Programas e Relatórios, n. 25). Brasília: Ministério da Saúde, 2002a.
______. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 338, de 6 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Seção 1, n. 96, 20 de maio de 2004. Brasília: Ministério da Saúde, 2004c.
______. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica. Relatório final: efetivando o acesso, a qualidade e a humanização na Assistência Farmacêutica, com controle social. Brasília: Ministério da Saúde, 2005e.
______. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. CONASS documenta 3. Para entender a gestão do Programa de medicamentos de dispensação em caráter excepcional. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2004a.
MARIN, N.; LUIZA, V. L.; CASTRO, C. G. S. O.; SANTOS, S. M. Assistência Farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro: Opas/OMS, 2003. 334p.

SMS
Secretaria Municipal
da Saúde

Autora:

Denise Borba Narciso
Terapeuta Ocupacional, com especialização em Práticas Pedagógicas em Serviço de Saúde / UFRGS
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas HMIPV/SMS
narciso.db@gmail.com

MODELO INTERDISCIPLINAR: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO RESIDENTE EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Objetivo:

Esta investigação busca compreender por meio da pesquisa bibliográfica as contribuições e os desafios que uma prática interdisciplinar proporciona na formação dos profissionais de saúde e a contribuição desta para a formação do residente em equipe multiprofissional.

AÇÕES INTERDISCIPLINARES	PERCENTUAL
Promover reuniões de equipe com estudo e discussão de casos vivenciados pela mesma, incentivando o diálogo cooperativo, participativo, aberto e igualitário promovendo a articulação entre os profissionais e a busca da integralidade no cuidado ao paciente.	100%
Possibilitar espaço para a educação permanente dos profissionais.	77%
Realizar atividades na comunidade e estimular a participação de toda a equipe.	44%

CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR	PERCENTUAL
Integração e compartilhamento dos saberes e das ações da equipe multiprofissional, em busca da integralidade da assistência.	100%
Respeito pelas diferentes categorias profissionais e valorização das relações interpessoais.	88,8%
Interação entre ensino e serviço.	77,7%
Promove a união, a cooperação e o apoio entre os membros da equipe no enfrentamento de problemas complexos da população.	77,7%

DESAFIOS DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR	PERCENTUAL
Buscar adotar uma postura em que nenhuma disciplina seja privilegiada em relação às outras, reconhecendo e aceitando a fragmentação e limitações da disciplina que domina, trabalhando de forma integrada.	100%
Transformar conflitos e divergência em negociação e compartilhamento de opiniões favorecendo o diálogo e a comunicação, bem como criar ações conjuntas e novos conhecimentos em equipe.	100%
A forte influência do paradigma biomédico em detrimento do paradigma humanista.	66,6%
Estimular o comprometimento do profissional com a interdisciplinaridade.	44,4%

Resultados:

Evidencia-se que o modelo interdisciplinar se apresenta como um caminho diferenciado na formação do residente, capacitando para o trabalho em equipe multiprofissional e para a busca da integralidade na assistência a saúde. É consensual, o reconhecimento das dificuldades da proposta interdisciplinar por ser relativamente nova e estar em contínuo desenvolvimento, sofrer influência das subjetividades dos sujeitos, da complexidade que envolve os problemas de saúde da população, bem como da forma como os profissionais de saúde estão sendo formados pelas universidades.

Resumo:

A proposta do Sistema Único de Saúde – SUS tem como objetivo a integralidade da assistência da saúde individual e coletiva, demandando de seus profissionais uma postura integrativa capaz de criar um ambiente de compartilhamento e troca de conhecimentos e percepções sobre o processo de trabalho. A complexidade deste processo perpassa pela formação pessoal e profissional. O engajamento neste processo resulta num relacionamento de equipe multidisciplinar pautado na interdisciplinaridade. Atuando como Terapeuta Ocupacional e supervisora de estágio local na rede pública de saúde, percebo o potencial deste modelo para o aprendizado em serviço de saúde. Vivencio a complexa demanda e os desafios que o atendimento integral busca superar. Entre estes, está a formação dos profissionais da saúde com foco na capacitação profissional em ambiente interdisciplinar. Sendo a prática interdisciplinar complexa e dependente das subjetividades envolvidas, uma carência de fundamentação pode promover equívocos, inviabilizar argumentações e dificultar a validação dos processos na ação interdisciplinar. A metodologia utilizada foi Pesquisa Bibliográfica Integrativa (Cooper, 1989). Com levantamento dos dados no período de junho e julho de 2012. Sites: SciELO, LUME/UFRGS e BVS. Seleção dos artigos: 13 para leitura completa e 09 selecionados.

Referências:

1) CECCIM, Ricardo Burg. Equipe de Saúde: a Perspectiva Entre-Disciplinar na Produção dos Atos Terapêuticos. In: Pinheiro, Roseni; Mattos, Ruben Araújo de. Cuidado: as fronteiras da integralidade. Rio de Janeiro, Hucitec, 2004. p. 259-278;

2) MINAYO, Maria Cecília de S. Interdisciplinaridade: Funcionalidade ou Utopia? Revista Saúde e Sociedade 3(2): p. 42-64, São Paulo, 1994; 3) PINZANI, Alessandro. A Teoria do Agir Comunicativo: Suma ou Balanço Provisório. Habermas, Porto Alegre: ARTMED Editora S.A. 2007, p.97-113.

Autores:

Adriane da Silva
Psicóloga
GerAçãoPOA – Oficina Saúde e Trabalho - SMS

Ana Paula Vidal
Terapeuta Ocupacional
GerAçãoPOA – Oficina Saúde e Trabalho - SMS

Carmen Vera P. Ferreira
Terapeuta Ocupacional
GerAçãoPOA – Oficina Saúde e Trabalho - SMS

Jussara Nunes Ortiz
Assistente Social
GerAçãoPOA – Oficina Saúde e Trabalho - SMS

Kátia S. Barfknecht
Terapeuta Ocupacional
GerAçãoPOA – Oficina Saúde e Trabalho - SMS

Leila Senna
Terapeuta Ocupacional
GerAçãoPOA – Oficina Saúde e Trabalho - SMS

geracaopoa@sms.prefpoa.com.br

PROJETO AGENDA GERAÇÃO/POA

No Brasil as oficinas de geração de trabalho e renda são dispositivos de inclusão social, uma vez que promovem a potência criativa, capacitação, economia, cultura e a busca de um trabalho cidadão, solidário e inclusivo.

Neste contexto a GerAção/POA Oficina Saúde e Trabalho, serviço da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Porto Alegre (POA), integra as políticas de Saúde Mental e Saúde do Trabalhador, promove ações em saúde, trabalho, educação e inclusão.

Projeto Agenda

O Projeto Agenda é uma das principais atividades da GerAção/POA, sendo resultado do trabalho coletivo dos usuários-trabalhadores que responsabilizam-se por todas as suas etapas: processo criativo; pesquisa; planejamento; gerenciamento de custos; produção; comercialização e administração da renda.

Esse projeto articula diversas temáticas, tomando como referencial o patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre, bem como a preservação do meio ambiente. Em 2006 o tema abrangeu os Pontos Turísticos; em 2007 a Fauna e a Flora; e em 2008, fechando o primeiro ciclo, com a Água fonte de vida. A partir de 2009, inicia-se o Projeto POA na Memória com o objetivo de homenagear os povos que construíram a cidade: Açoriana, Alemã/Italiana, Negra e Indígena. Em 2013 homenageou-se o Parque Redenção, pela sua importância como espaço de lazer e cultura. Para 2014 o tema escolhido foi Sustentabilidade, tendo a pergunta "o que Porto Alegre está fazendo para preservar o Planeta?" questionamento norteador do processo de construção da agenda.

As pesquisas desenvolvidas ao longo do ano de trabalho possibilitam um novo olhar e o circular pela cidade, novas descobertas, novos aprendizados, conhecimentos sobre a cultura da cidade e o fortalecimento das ações intersetoriais.

Na caminhada do Projeto Agenda diversas parcerias são constituídas, reforçando laços solidários e reafirmando o propósito de cidadania, inclusão social, protagonismo e autonomia.

COMBINADO GRUPO GERADOR E NO BREAK PARA APARELHO DE RAIO X

Autor:

Ricardo Zucarelli Pulvirenti
Engenheiro pela PUC/RS, Pós em Eficiencia Energética. Presidente da Comissão Interna de Gerenciamento de Energia da SMS.

Colaboradores:

Elmo Raupp Viegas
Engenheiro, Responsável pela Assessoria de Projetos da SMS.

Raimundo Ito
Eletrotécnico, Chefe da Manutenção da Coordenação de Urgências da SMS.

Objetivo:

Colocar em funcionamento o aparelho de Raio X de grande porte do Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro (PALP) cujo abastecimento de energia elétrica pela CEEE não é suficiente para sua partida. Isto impediu a implantação das salas e demais equipamentos essenciais à população da região que necessitava deste serviço até a implantação de nova Subestação e aumento de carga na região.

Resumo:

Fornecer energia estabilizada ao Raio X por combinado Gerador a diesel e No break com as adequações do Quadro de Comando do prédio e caixa de disjuntores na sala de radiografia. O gerador atenderá também os demais serviços essenciais do PALP.

Principais Características do Gerador:

Motor turbo Diesel, Potencia nominal 100 KVA em Conteiner com base própria, saída 220V/ 127V trifásico, 60 Hz. Regulador para rotação constante, estabilizador de freqüência/ voltagem; Controle de demanda de carga; Quadro de comando automático com interface LCD para informações do motor e gerador; Proteções em todos os parâmetros de operação; Pré aquecimento para pronta ação ao acionar; Tanque de combustível de 200 litros acoplado; Sistema de atenuação de ruídos ; Assistência técnica incluindo mão de obra, ferramental, deslocamento e estadia dos técnicos, troca de peças; ajustes e medições; possuir Responsável técnico habilitado no CREA;

Principais Características do No Break:

Sistema Duplo Conversor On line; Potencia de 80 kVA / 64 kW a 100 KVA/ 80 KW;

Chave de transferência automática ou manual (by-pass) com tempo de transferência zero; comutação instantânea na falta de rede (inversor ativo constante); Distorção harmônica< 1% total; Sobrecarga (125%) mínima 2 minutos; Desligamento emergêncial local e remoto e desligamento e religamento agendado; Transformador em gabinete separado; Módulo de baterias livres de manutenção e 15 minutos de autonomia para disparos ininterruptos do Raio X em carga máxima; Display LCD. Fabricado de acordo com normas da ABNT e de Segurança da Comunidade Européia, Classe A.

Resultados:

O PALP realiza atendimentos de urgência e emergência, ininterruptamente 24 horas por dia. O impedimento do uso do Raio X antes deste Projeto gerou manifestações da Comunidade e reportagens na mídia por quase dois anos. Com sua implantação no 2º semestre de 2.013, mesmo nas constantes faltas de energia que ocorreram no verão 2013/ 2014, o gerador manteve o fornecimento de energia em todo o PALP enquanto o NoBreak manteve o atendimento do Raio X .

Referências:

Consultados fabricantes de geradores e No Breaks, verificamos que não havia expertise em sistema semelhante. Analisando as caracteristicas técnicas e necessidades energéticas do aparelho de Raio X, escolhemos no mercado os grupos geradores e NoBreaks que mais se adaptavam ao proposto e que pudessem fazer o fornecimento de energia de forma automática em conjunto ou em separado da rede da CEEE. O Projeto Básico e os orçamentos foram realizados em uma semana. Após foram encaminhados para licitação. Na entrega Técnica dos equipamentos foram feitas todas ligações e testes necessários com o acompanhamento conjunto dos representantes técnicos e operadores dos equipamentos (grupo gerador, NoBreak, Raio X), da chefia de manutenção do PACS e pela Assessoria de Projetos da SMS.

4ª expotec
MOSTRA DE TRABALHOS
E PROJETOS DOS TÉCNICOS
DE NÍVEL SUPERIOR
DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.

astec
Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

IMPLANTAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA EMERGÊNCIA DO HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO DE PORTO ALEGRE

Autoras:

Fernanda Salazar Meira
Doutoranda em Medicina e Ciências da Saúde com ênfase em Nefrologia - PUCRS/FAMED
Enfermeira assistencial do HPS
salazarfernanda@yahoo.com.br

Anamir Weingartner
Enfermeira assistencial do HPS

Elisabete Sabka
Enfermeira assistencial do HPS
Especialista em Enfermagem em Cardiologia

Elisandra K. De Souza
Enfermeira assistencial do HPS

Fernanda Tabal Da Motta
Enfermeira assistencial do HPS
Especialista em Enfermagem em Emergência

Gabriela Kochenborger
Enfermeira assistencial do HPS

Marcia Cristina Rodrigues
Enfermeira assistencial do HPS
Especialista em Terapia Intensiva e em Emergência

Núbia De R. Araújo
Mestranda em Saúde Coletiva
Enfermeira assistencial do HPS
Especialista em Direito Sanitário

Patricia De Mello Jorge
Enfermeira assistencial do HPS
Especialista em Enfermagem em Terapia Intensiva

Patricia Nolasco
Enfermeira assistencial do HPS
Especialista em Enfermagem em Terapia Intensiva

Renata Machado Brasil
Coordenadora de Enfermagem da Emergência do HPS
Especialista em Enfermagem em Nefrologia
Especializanda em Eduacação para Saúde para Preceptores

Renata Muller Guarani
Mestre em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde
Enfermeira assistencial do HPS
Especialista em Enfermagem em Terapia Intensiva

Vanessa Martiny
Enfermeira assistencial do HPS
Especialista em Enfermagem em Urgência e Emergência.

Objetivo:

Implantar o protocolo Emergency Severity Index (ESI) na emergência do Hopsital de Pronto Socorro de Porto Alegre.

Adaptar os fluxo de atendimento: rebaixamento de sensório, intoxocação exógena, dor abdominal não relacionada ao trauma, dor torácica atípica e dor torácica às peculiaridades estruturaris de atendimento do Hospital.

Introdução:

A Portaria nº 1600 de 7 de julho de 2011 reformula a Política de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). Art. 2º Constituem-se diretrizes da Rede de Atenção às Urgências: ampliação do acesso e acolhimento aos casos agudos demandados aos serviços de saúde em todos os pontos de atenção, contemplado a classificação de risco e intervenção adequada e necessária aos diferentes agravos. Os objetivos da implantação da classificação de risco nas instituições de saúde são: organizar o fluxo das emergências, diminuir a superlotação, reduzir a mortalidade, otimizar o atendimento aos pacientes de acordo com a sua gravidade e exercer a missão do Hospital. A missão do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre (HPS-POA) é: "Atenção a saúde focada no trauma agudo, integrado a rede de Porto Alegre, respeitando os preceitos do SUS e da cidadania, promovendo o ensino e a pesquisa". No entanto para que o Protocolo Emergency Severity Index (ESI) seja implantado na Instituição é necessário que se façam algumas adaptações em relação à missão do Hospital. Assim, os enfermeiros da classificação de risco organizaram a adaptação do protocolo para determinadas queixas de saúde, já que o fluxograma do protocolo naõ abrange algumas peculiaridades de atendimento do Serviço. As adaptações foram realizadas respeitando a essência do protocolo que baseia-se na previsão de recursos a serem utilizados pelo paciente, para a classificação em seus 5 níveis especificados.

Resultados:

Este trabalho realizou a adaptação dos seguintes fluxos para as seguintes queixas de saúde dos pacientes: rebaixamento de sensório, intoxocação exógena, dor abdominal não relacionada ao trauma, dor torácica atípica e dor torácica. Assim, a utilização do protocolo tornou-se adequada para o fluxo interno da Instituição, cumprindo os objetivos proposto pela classificação de risco conforme exigido em Portaria.

Referências:

Emergency Severity Index (ESI). A triage tool for emergency Departament Care. Version 4. Implementation Handbook: Agenxy for Healthcare Research and Quality, 2012.

Portaria nº 1600 de 7 de julho de 2011. Política de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS).

SMS
Secretaria Municipal da Saúde

Autoras:

Elisa Corrêa dos Reis
Administradora formada pela FARGS
Gestora B do Centro de Direitos e Registros da SMA
elisa.reis@sma.prefpoa.com.br

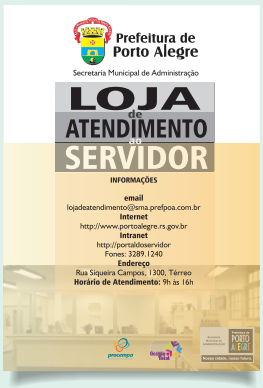
Sonise Ferreira Muller dos Santos
Administradora formada pela UFRGS
Gestora D da Loja de Atendimento ao Servidor da SMA
sonises@sma.prefpoa.com.br

Suzana Reis Coelho
Psicóloga formada pela UFRGS
Supervisora de Recursos Humanos da SMA
surcoelho@sma.prefpoa.com.br

IMPLANTAÇÃO DA LOJA DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR DA SMA: UM CASO DE SUCESSO

Objetivo:

O objetivo do presente trabalho é apresentar o projeto e os resultados obtidos com a implantação da Loja de Atendimento ao Servidor, da Supervisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração.



Resumo:

A Loja de Atendimento ao Servidor (LAS) foi inaugurada em 03/04/2012 com o objetivo de qualificar e agilizar os atendimentos aos servidores públicos municipais com informações centralizadas em um local confortável e de fácil acesso. É uma central de atendimentos com serviços e informações das áreas e subsistemas de RH que prestam atendimento ao servidor municipal.

O projeto da Loja foi inserido no Programa Estratégico de "Gestão Total", dentro da ação Gestão de Estruturas, Processos e Informação; tendo por principais objetivos: centralizar as atividades de atendimento ao servidor das diversas áreas da PMPA; solucionar integralmente as demandas através de um atendimento qualificado e ágil; liberar as áreas operacionais das atividades de atendimento para dedicação integral às atividades fim das unidades de trabalho; identificar a origem e a dinâmica dos problemas existentes; proporcionar outras opções de canais de comunicação, aprimorando o atendimento aos servidores, facilitando seu relacionamento com o órgão e o acesso às informações e benefícios aos servidores da Prefeitura.

Resultados:

Índice de aprovação: 94,66% das pesquisas conceituam como ótimo o atendimento geral da Loja (média anual do ano de 2013).

Diferenciais: expediente contínuo das 9h às 16h, e nas datas de pagamento o setor abre às 8h; agendamento para atendimento de assuntos especializados.

Melhorias identificadas com a implantação da Loja: menor tempo de espera nos atendimentos, instalações físicas mais modernas, maior qualidade das informações prestadas, agilidade na resolução de problemas, acolhimento nos atendimentos.

Projeto piloto para implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito da SMA: a utilização desse sistema para emissão de certidões de tempo de serviço reduziu de 14 para 3,44 dias o atendimento desta demanda.

Melhoria contínua: como ação futura, a Loja promoverá o mapeamento e divulgação de informações de interesse dos servidores, difundindo os recursos de auto-serviço e canal eletrônico de atendimento.

Referências:

CAMPOS, Vicente Falconi. TQC: Controle da Qualidade Total (no estilo japonês). Belo Horizonte: EDG, 1999.
LIKER, J. K.; MEIER, D. P. O Talento Toyota: o modelo aplicado ao desenvolvimento de pessoas. Porto Alegre: Bookman, 2008.
PORTER, Michael E. Estratégia competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da Qualidade. São Paulo: Atlas, 2010.
SLACK, Nigel; et al. Gerenciamento de operações e de processos: princípios e práticas de impacto estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2008.

4ª expotec
MOSTRA DE TRABALHOS
E PROJETOS DOS TÉCNICOS
DE NÍVEL SUPERIOR
DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.

astec
Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

ENTENDENDO A RECICLAGEM NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Autores:

Ana Paola Beltrão Nunes
Engenheira Química e Mestre em Ciência dos Materiais (PUCRS / UFRGS)
Chefe Equipe de Controle do Comércio e Prestação de Serviços
ananunes@smam.prefpoa.com.br

Juliano Cardoso Lapolli
Engenheiro Químico (UFRGS)
jclapolli@smam.prefpoa.com.br

Nara Ione Medina Schimitt
Eng. Civil (UFSM)
Segurança do Trabalho (PUCRS)
Mestre em Construção Civil (UFRGS)
naraione@smam.prefpoa.com.br

Aline de Oliveira Brasil
Bióloga (PUCRS)
alinebrasil@smam.prefpoa.com.br

Participação:

Gabriela Dutra Teixeira (UFRGS);
Paula Rilho (UFRGS);
Matheus Cardoso Muller (La Salle);
Gabrielle Garrafiel (UFRGS);
Luciano Azeredo (La Salle).

Objetivo:

- Conhecer o trabalho das unidades de triagem do município;
- Identificar quais materiais são triados e no que consiste seu rejeito;
- Quais são suas dificuldades operacionais;
- Conhecer os valores de mercado dos materiais triados bem como rastrear o caminho destes materiais após serem comercializados pelas unidades de triagem;
- Identificar as variáveis deste processo;
- Propor formas de melhorar e otimizar o trabalho nas unidades de triagem.

Resumo:

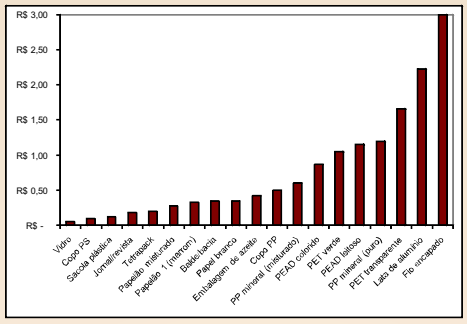
O aumento da geração de resíduos sólidos urbanos tem-se intensificado nas últimas décadas e está intimamente interligado com o crescimento populacional e o consumismo desenfreado. Este crescimento vem gerando grandes problemas para os centros urbanos, principalmente pela grande geração de resíduos recicláveis e a necessidade de uma gestão eficiente. No entanto, para que se desenvolva uma correta forma de gestão é necessário conhecer e estudar a realidade da geração, segregação, coleta, manipulação, acondicionamento, transporte e destinação final dos mesmos. Os resíduos oriundos da coleta seletiva no município de Porto Alegre são remetidos às unidades de triagem existentes conveniadas com o DMLU. Dentro desse contexto e com a finalidade de atingir o objetivo, foram visitadas sete unidades de triagem onde foi aplicado um questionário e três compradores do material triado.

Resultados:

Etapas pelas quais os resíduos são submetido nas unidades de triagem:

Legenda: Cesto onde as cargas coletadas pelo DMLU são recebidas (A); Mesas de triagem (B); resíduos triados (C); material triado e prensado (D); rejeito (E) e contêiner de rejeito (F).

As unidades de triagem segregam os resíduos oriundos da coleta seletiva em diferentes tipos de materiais a serem reciclados e em rejeitos. A escolha e a qualidade dos materiais triados dependem, principalmente, do espaço físico da unidade de triagem. Quanto maior o seu espaço físico, maior a capacidade de armazenagem e maior a possibilidade de aumentar a diversidade dos materiais triados. Os principais – por valor comercial e volume recebido - são: PET transparente e verde, PEAD leitoso e colorido, PP transparente (mineral), papel branco, papelão, jornal ou revista, metais e vidros. O rejeito varia entre as unidades de triagem, pois é composto não somente do material reciclável sujo, do material que não pode ser reciclado e do material orgânico que vem misturado ao seletivo (devido à incorreta segregação na fonte geradora), mas também dos materiais que não são separados naquela unidade por questão de espaço físico.



Legenda: Preços médios de comercialização dos materiais triados.

Os compradores do material triado fazem o papel de atravessadores, vendendo-o, conforme o tipo, diretamente para fábricas recicladoras ou para um segundo atravessador que processa o material (pica, lava) e, por fim, vende às fábricas. A aquisição de uma área exclusiva para armazenagem do material triado – de uso de todas as unidades de triagem – seria uma solução que encurtaria o caminho dos resíduos segregados até as fábricas recicladoras, eliminando os atravessadores e proporcionando um aumento de renda para as unidades de triagem. Esta solução, porém, ainda não se encontra contemplada nos programas e poderia ser estudada para melhorias futuras.

Referências:

BRASIL. 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei 12.305**, de 2 de agosto de 2010.
DMLU. 2013. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. Volume 1. Diagnóstico e Prognóstico. Porto Alegre.
PORTO ALEGRE. **Lei Complementar Municipal 728**, de 8 de janeiro de 2014.
ROCHA, D. L. **Uma análise da coleta seletiva em Teixeira de Freitas-Bahia**. Revista Caminhos de Geografia, v. 13, n 44, 2012.

Autores:

Fabiana Espirito Santo
Relações Públicas
Secretaria Municipal de Saúde
fabi@sms.prefpoa.com.br

Luciane Rampanelli Franco
Médica Ginecologista
Secretaria Municipal de Saúde
lucianefranco@sms.prefpoa.com.br

Rosa Maria Rimolino Vilarino
Psicóloga
Secretaria Municipal de Saúde
rosavilarino@sms.prefpoa.com.br

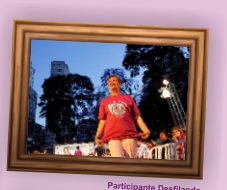
Circe Ottonelli Pithan
Enfermeira
Secretaria Municipal de Saúde
circepithan@sms.prefpoa.com.br

CAMPANHA DE LUTA CONTRA O CÂNCER DE MAMA - OUTUBRO ROSA 2013

Objetivo:

A Campanha de Luta contra o Câncer de Mama foi desenvolvida em alusão ao Outubro Rosa, mês vinculado a luta do câncer de mama, e considerando que, o maior problema enfrentado nas Unidades de Saúde é a não adesão a mamografia, seja por não procura ou por não comparecimento, o foco da nossa campanha foi na realização de mamografias, incentivando cada mulher acima de 40 anos a realização do exame e a criação de uma rede de mulheres multiplicadoras, que incentivassem sua rede de amizades a aderir ao exame.

Foto Principal com Participantes da Campanha
Foto: Cristine Rochol


Participante Desfilando
Foto: Cristine Rochol

Vice Pref. Sebastião Melo falando sobre a Campanha
Foto: Cristine Rochol

Fechando o Desfile
Foto: Cristine Rochol

Resumo:

Durante a Campanha, realizada de 14 a 30 de outubro de 2013, as Unidades de Saúde receberam material informativo sobre a mesma, que distribuiu 4.400 camisetas a usuárias do SUS que realizaram sua mamografia no ano de 2013, tornando-as multiplicadoras da Campanha e incentivando outras mulheres a realizarem o exame.

As mulheres que aderiram a Campanha foram convidadas para o Desfile das Multiplicadoras, momento de divulgar para população em geral e imprensa o resultado da Campanha e orgulho das usuárias e servidoras que aderiram ao movimento.

A campanha teve uma proposta interativa e lúdica, não se resumindo a ações informativas, havendo diálogo constante com o público e proporcionando oportunidade de participação, sendo nas Unidades de Saúde ou nas informações fornecidas no momento da inscrição para o Desfile das Multiplicadoras.

Resultados:

A campanha atingiu diretamente 4.400 mulheres acima de 40 anos que trocaram sua mamografia realizada em 2013 pela camiseta, tornando-se multiplicadoras da luta contra o câncer de mama. Além disso, as próprias servidoras da saúde compraram a idéia e trabalharam para que suas usuárias fizessem o exame, fazendo com que a campanha fosse muito bem recebida pelas usuárias do SUS. O envolvimento dos trabalhadores da saúde foi fundamental para o sucesso da campanha, abrindo espaço para trazer o assunto da mamografia a tona para suas usuárias.

Foi constatado um aumento de 2,3% na procura pela mamografia de 2012 para 2013 e também do mês de novembro de 2013 para março de 2014, só que os dados deste último período não foram tabulados.

Material de Comunicação

Autor:

Eduardo Delgado Olabarriaga
Biólogo Formado pela UFRGS;
Pós em Eng. Ambiental e Saneamento pela PUCRS; Coord. Lab. BASEM/SMAM;
eduardo@smam.prefpoa.com.br

4ª expotec
MOSTRA DE TRABALHOS
E PROJETOS DOS TÉCNICOS
DE NÍVEL SUPERIOR
DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.

astec
Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

ESTUDO PRELIMINAR DA COMUNIDADE PLANCTÔNICA E ELEMENTOS AMBIENTAIS COMO INDICADORES DA NECESSIDADE DE MANEJO EM UM PARQUE URBANO DE PORTO ALEGRE

Objetivo:

Este estudo objetiva identificar elementos que indiquem as condições e características ambientais de forma a promover o entendimento sobre o atingimento dos propósitos originais do projeto e avaliar a necessidade de ações externas para manutenção das condições ambientais similares da região antes da antropização.

Banhado do Parque Mascarenhas de Moraes com Pontos de Amostragem

Imagem Google Earth

Vista Geral do Banhado do Parque em 2004

Vista Geral do Banhado do Parque em 2013

Resumo:

O Parque Marechal Mascarenhas de Moraes – PMMM – foi projetado e implementado em 1982. Está localizado no bairro Humaitá, zona norte da cidade, possui 18,23 Hectares sendo 8 deles área reservada para banhado com a intenção que recuperasse naturalmente a sua aparência original de "Várzea do Rio Gravataí" e se transformasse em refugio de espécies nativas locais.Utilizando como base de estudo a caracterização da comunidade planctônica e informações históricas e atuais dos elementos ambientais acompanhantes, tanto por relatos quanto por observações e pesquisa, conseguimos descrever resultados como segue: Identificados 127 Gêneros:Cyanophyta (9), Chlorophyta (6), Bacillariophyta (17), Flagelados pigmentados (23), Protozoa (52), Rotifera (7), Crustacea (4), Gastrotricha (2), Oligochaeta (2), Nematoda (1) e Bacteria (4). No gráfico da Figura 04 visualizamos o grupo das Bactérias, Protozoa e Flagelados presentes o ano todo e as Chlorophytas, base da pirâmide trófica, somente em 50%.Estes elementos analíticos cruzados com as informações complementares e históricas permitiram confirmar e entender do porquê o ambiente de Banhado do Parque está em processo acelerado de descaracterização apresentando redução de profundidade por colmatação, secamentos periódicos com maior frequência e intensidade, perda de biodiversidade entre outras alterações. Ficou inconcluso se o projeto atingiu em sua plenitude o objetivo proposto pelo idealizador, mas isto pode ter acontecido em algum momento sem o devido registro. Concluímos que há necessidade de intervenções de forma a manter as características fenotípicas de "Várzea do Rio Gravataí" devidamente regida por Plano de Manejo específico que deverá ser elaborado com base em estudos direcionados para tal fim.

Resultados Esperados:

Uma vez criados grupos de trabalho para dar andamento a criação de Plano de Manejo para o Parque, este será o termo de referência para as intervenções focadas na conservaçãodo banhado e manutenção da biodiversidade

Referências:

Lobo, Eduardo A. Utilização de algas diatomáceas epilíticas como indicadoras de qualidade da água em rios e arroios da região hidrográfica do guaíba, RS, Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
Sherer, J.F. M. Estrutura trófica e ocupação de habitat de avifauna de um parque urbano em Porto Alegre, RS, Brasil. Biotemas, 23(1): 168-180, março de 2010
Amato, C. G. Estrutura de uma comunidade de macrófitas aquáticas em um açude de contenção, São Jerônimo, RS. Revista Brasileira de Biociências;julho de 2007.

SMAM
Secretaria Municipal do Meio Ambiente

4ª expotec

MOSTRA DE TRABALHOS
E PROJETOS DOS TÉCNICOS
DE NÍVEL SUPERIOR
DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.

astec
Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

APLICAÇÃO DA ÁREA LIVRE PERMEÁVEL NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Autora:

Janine Viezzer Nascimento
Eng. Agrônoma CREA/RS
Equipe de Controle da Ocupação do Solo (ECOS/SMAM)
janinevn@smam.prefpoa.com.br

Objetivo:

Orientar quanto à aplicação da Área Livre Permeável na aprovação e licenciamento de projetos de edificação e parcelamento do solo do município de Porto Alegre.

Resumo:

A Área Livre Permeável (ALP) é a parcela de terreno mantida sem acréscimo de qualquer pavimentação ou elemento construtivo impermeável, vegetada, não podendo estar sob a projeção da edificação ou sobre o subsolo, destinada a assegurar a valorização da paisagem urbana, a qualificação do microclima, a recarga do aqüífero e a redução da contribuição superficial de água da chuva.

Atualmente, as diretrizes da ALP estão contempladas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do município de Porto Alegre (PDDUA), o qual é regido pela Lei Complementar nº 434/1999.

Nesse sentido, o PDDUA define que o primeiro elemento que incide sobre o cômputo do regime volumétrico das edificações é a ALP, devendo ser atendida da seguinte forma, a partir da área dos terrenos:

· Entre 151m² e 300m² o percentual mínimo será de 7% de ALP.

· Superior a 300m² e inferior a 1.500m², a ALP deverá ser de, no mínimo 70 % da área remanescente da Taxa de Ocupação (TO), conforme Tabela 1:

· Superior a 1.500m², o percentual mínimo de ALP será de 20%.

Quando não for possível projetar toda a ALP com grama (100% permeável), serão admitidas medidas alternativas com as seguintes proporções (Tabela 2):

Desta forma, constituem medidas alternativas da ALP (Tabela 3):

· Além disso, são isentos do atendimento da ALP os terrenos:

a) com área igual ou inferior a 150m²;
b) localizados no Centro Histórico;
c) com frente para os eixos constantes no Anexo 7.2 do PDDUA, exceto em terrenos com área superior a 1.500m²;
d) situados em Área Especial de Interesse Social (AEIS), exceto em terrenos com área superior a 150m².

TO (%)	ALP (%)
90	7
75	17
66,6	23
50	35
20	56

(1) ALP mínima exigida

(2) Máximo de Medidas Alternativas da ALP

Área do terreno (m²)	Máximo de medidas alternativas da ALP*
até 1.500	50%
entre 1.500 e 3.000	40%
superior a 3.000	30%

* Com base no total de ALP exigida na Tabela 1.

(3) Tipos de Medidas Alternativas da ALP

Medidas Alternativas da ALP	Cômputo final da ALP
Terraços e coberturas vegetados	1/2
Pisos semipermeáveis	1/2
Canteiros vegetados no passeio público	1/3

Resultados:

Os projetos de edificação e parcelamento do solo deverão atender os percentuais mínimos de ALP exigidos pelo PDDUA de forma a manter áreas vegetadas e livres de intervenções arquitetônicas, contribuindo assim para a conservação de níveis mínimos de permeabilidade do solo compatíveis com a ocupação arquitetônica.

4ª expotec
MOSTRA DE TRABALHOS
E PROJETOS DOS TÉCNICOS
DE NÍVEL SUPERIOR
DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.

astec
Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

O SABER POPULAR NA PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE PORTO ALEGRE

Autoras:

Sandra Corrêa da Silva
Psicóloga, Especialista em Práticas Pedagógicas em Serviços de Saúde/UFRGS
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas/SMS
sandracs@hmipv.prefpoa.com.br

Patrícia Abel Balestrin
Psicóloga, doutora, professora do EDUCASAÚDE/UFRGS e orientadora da pesquisa

Resumo:

Este trabalho teve início em percepções pertinentes à minha trajetória como trabalhadora em saúde pública, buscando conjugar a atuação como psicóloga e a participação no grupo de trabalho da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS) do HMIPV. Este estudo foi realizado através de uma pesquisa, vinculada ao Curso de Especialização em Práticas Pedagógicas em Serviços de Saúde, realizado pela UFRGS em parceria com o Grupo Hospitalar Conceição e com a Escola de Saúde Pública. Analisar algumas crenças e mitos relacionados à dinâmica da violência, suas inserções na cultura e conexões com o Saber Popular na promoção de ações de saúde era o foco inicial desta investigação, mas, a partir da coleta de dados, o Saber Popular relacionado à promoção de saúde emergiu como tema principal. Utilizou-se metodologia qualitativa, de caráter exploratório, com aplicação de questionário e a análise de conteúdo. Foram selecionados aleatoriamente sete profissionais da instituição, compondo uma amostra de 01 profissional para cada categoria envolvida no Projeto de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS) do HMIPV. Na análise, identificou-se uma diversidade de relatos de situações relativas ao Saber Popular e diversos outros mitos foram expressos, muitos deles pertencentes ao cotidiano da prática em saúde. As categorias emergentes foram: saber popular e saber científico, saber popular e vulnerabilidade e saber popular como ferramenta na prática profissional.

Objetivo:

O objetivo geral deste estudo era analisar como os profissionais da saúde percebiam o Saber Popular, refletindo acerca da possibilidade de construção de práticas multiprofissionais integrativas na construção do Programa de Residência Multiprofissional Integrada. Os objetivos específicos foram: - como o Saber Popular é percebido pelos profissionais, - a identificação de potencialidades e dificuldades na atuação profissional a partir da expressão dos mitos e crenças e, - as possíveis interferências decorrentes dos conceitos e percepções manifestos pelos profissionais da saúde na relação com os usuários. Buscou-se compreender se o Saber Popular é (ou pode ser) utilizado como um instrumento de vinculação com os usuários e se o Saber Popular tem representação valorativa no campo da saúde.

Resultados:

Verificou-se que o Saber Popular é identificado como valorativo, apesar da percepção de ambivalência existente entre os diversos saberes, da pouca percepção ou manifestação dos profissionais enquanto sujeitos sociais e da identificação de sobreposição do saber científico sobre o popular, demonstrando ainda certa hierarquização do saber.

Autores:

Sandra Corrêa da Silva
Psicóloga - HMIPV
sandracs@hmipv.prefpoa.com.br

Angela Ester Ruschel
Psicóloga - HMIPV
angelaer@hmipv.prefpoa.com.br

Adriana Mengue Model
Assistente social - HMIPV

Denise Borba Narciso
Terapeuta ocupacional - HMIPV

Leila Coffy
Enfermeira - HMIPV

A INTEGRAÇÃO DA CLÍNICA PSICOLÓGICA COM RECURSOS CULTURAIS DA CIDADE - UMA EXPERIÊNCIACOM CRIANÇAS EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA ATENDIDAS NA SAÚDE PÚBLICA

Objetivo:

Ampliar as formas de cuidado terapêutico e aproximar os pacientes/ usuários e seu núcleo de familiares/cuidadores dos recursos da cidade; - Desenvolver atividades culturais e educativas que permitissem, aos pais ou cuidadores, interagir com os filhos e compartilhar experiências e o resgate de atividades lúdicas; - Possibilitar aos estudantes de graduação do curso de Psicologia a vivência de um espaço terapêutico diferenciado onde a temática da infância, o estabelecimento de vínculos, limites, interação social e práticas preventivas estivessem presentes; - Discutir questões pertinentes a temática da infância incluindo o estabelecimento de vínculos, limites e interação social; - Atuar preventivamente em situações de risco para violência.

Resumo:

Este trabalho é um relato de experiência de atividade realizada em alusão ao Dia da Criança, em 2011, na Usina do Gasômetro, através de Oficinas interativas de Grafite; Dança Circular e Contação de Histórias. Tal atividade foi planejada e coordenada pela equipe do Ambulatório de Atenção às Situações de Violência do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV) e concretizada em parceria com a equipe da Descentralização da Secretaria Municipal de Cultura. Foi realizada com crianças entre 4 e 12 anos, juntamente com seus irmãos e pais e/ou cuidadores. Este público era atendido pela equipe do ambulatório do hospital e encontrava-se em situações de agravos da violência ou de vulnerabilidade. Este projeto foi proposto como uma estratégia diante da crescente demanda de atendimento relacionada à questão da violência e de um entendimento global e multifatorial dessa temática, tornando-se necessária a implementação de novas formas de intervenção e prevenção nessa área. A partir do trabalho realizado foi criado um museu virtual com as fotos e registros do evento.

Resultados:

A proposta da interação de diversos saberes na prática clínica e o uso de múltiplos recursos visou potencializar o trabalho terapêutico realizado. Proporcionou-se ao usuário/paciente a aproximação e o conhecimento não só da cidade, como também dos vários recursos que a mesma disponibiliza, enfatizando a ligação destes campos como fundamentais na implantação e continuidade do cuidado da saúde, entendendo a Cultura como um potente mobilizador de saúde.

OFICINAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA PROFESSORES NO PARQUE NATURAL MORRO DO OSSO

Autores:

Maria Carmen Sestren-Bastos
Bióloga (UFRGS), Mestre em Botânica (UFRGS),
Especialista em Administração Pública (IBGEN)
Assessora de Unidades de Conservação da SMAM
mcarmen@smam.prefpoa.com.br

Heleno Cabral Quintana
Biólogo (PUC)
Especialista em Educação Ambiental
heleno@smam.prefpoa.com.br

Carlos Roberto da Silva Amaral
Guarda parques, SMAM
carlosamaral@smam.prefpoa.com.br

Josimar Antunes Appel
Guarda parques, SMAM
appel@smam.prefpoa.com.br

Objetivo:

Oferecer conhecimentos sobre Unidades de Conservação da Natureza (UC) e, mais especificamente, sobre o Parque Natural Morro do Osso aos professores das redes públicas e particulares de educação infantil e ensino fundamental para aumentar a quantidade e qualidade das visitas de grupos escolares ao Parque.

Resumo:

O Parque Natural Morro do Osso é uma Unidade de Conservação da Natureza (UC) localizada na Zona Sul de Porto Alegre, distante apenas 15 quilômetros do Centro da cidade (Sestren-Bastos, 2006). Um dos seus principais objetivos é realizar atividades de educação ambiental, fundamentais para que seja alcançada a conservação do meio ambiente (Antunes et al. 2006; Freitas, 2004). A localização do Parque Natural Morro do Osso, diferente da maioria das UCs, facilita o acesso de moradores das zonas urbanas, que são os mais carentes de contato com a natureza e, portanto, faz dele um local estratégico para este tipo de atividade na região metropolitana de Porto Alegre.

As atividades de educação ambiental no Morro do Osso iniciaram-se no ano de 2002, sendo recebidas em média de 1.200 pessoas por ano até 2011 (Livro de presenças). Freqüentemente percebia-se que as visitas eram vistas como recreação apenas e, por este motivo, não eram realizadas atividades preparatórias alcançar um aproveitamento pleno. Muitas vezes as roupas não eram adequadas e as crianças se frustravam porque as atividades oferecidas não eram condizentes com as expectativas.

Em 2012 um técnico de nível superior especializado na área de educação ambiental passou a fazer parte do quadro de funcionários do Parque Natural Morro do Osso, para exercer a função específica de qualificar as atividades do Parque. A partir deste ano foram oferecidas oficinas para professores das redes públicas e particulares de educação infantil e fundamental. As oficinas são desenvolvidas em um encontro de oito horas, sendo dividido em três momentos: 1) Teoria, com duas horas de duração, que tem como conteúdos: a) Conhecimento geral sobre Unidades de Conservação; b) Histórico, fauna e flora do Parque Natural Morro do Osso; c) Plano de manejo e regramentos do Parque; c) Educação ambiental no Parque Natural Morro do Osso. 2) Trilha de educação ambiental: caminhada de aproximadamente três horas na trilha geralmente utilizada para os grupos escolares; 3) Prática em grupos: cada conjunto de três a cinco pessoas desenvolve uma proposta de atividade que pode ser desenvolvida durante a visita ou como atividade complementar antes ou após a visita.

Resultados:

A disponibilidade de um técnico dedicado exclusivamente às atividades de educação ambiental foi fundamental na qualidade dos serviços prestados, na ampliação da quantidade de pessoas atingidas pelas atividades de educação ambiental e no aumento do aproveitamento da atividade por parte dos alunos, que chegam preparados e constroem uma expectativa adequada em relação à visita.

Foram realizadas quatro oficinas, sendo a primeira em 2012 e as outras três em 2013. Um total de 113 professores participou das oficinas. A realização das oficinas provocou um crescimento de 100% no número de visitantes (Gráfico 1), sendo que as escolas públicas apresentaram o maior crescimento, aumentando de 199 para 855 pessoas, ou seja, um acréscimo de 330% (Gráfico 2). A qualidade das visitas também aumentou, podendo-se perceber que os alunos trazidos pelos professores que passaram pela formação receberam informações prévias e que eles chegam tendo maior clareza dos objetivos a serem alcançados com a atividade.

Referências:

FREITAS, CATARINA DIAS DE A Educação Ambiental nas Unidades de Conservação. Sinapse Ambiental edição especial – Abril de 2008. Disponível também no endereço eletrônico < http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/KarenAntunes.pdf> acessado em 10 de maio de 2014. pg 67 à 85.

ANTUNES, K., G.; COELHO, R.; JOCHEM, T.; A Importância da Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Experiência do Centro de Referência em Educação Ambiental de Marapendi. Disponível no endereço eletrônico < http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/KarenAntunes.pdf> acessado dia 08 de maio de 2014.

SESTREN-BASTOS, Maria Carmen (Coord.). Plano de Manejo Resumido - Parque Natural Morro do Osso. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Meio Ambiente. 2006. 72 p.

4ª expotec

MOSTRA DE TRABALHOS
E PROJETOS DOS TÉCNICOS
DE NÍVEL SUPERIOR
DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.

astec
Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

IMPLEMENTAÇÃO DA SEGREGAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA UNIDADE DE EMERGÊNCIA

Autoras:

Renata Machado Brasil
Coordenadora de Enfermagem da Emergência do HPS
Especialista em Enfermagem em Nefrologia Especializanda em Eduacação para Saúde para Preceptores

Márcia Cristina Rodrigues
Enfermeira assistencial do HPS
Especialista em Terapia Intensiva e em Emergência

Fernanda Salazar Meira
Enfermeira assistencial do HPS
Doutoranda em Medicina e Ciências da Saúde com ênfase em Nefrologia - PUCRS/FAMED

Anamir Weingartner
Enfermeira assistencial do HPS

Núbia de R. Araújo
Enfermeira assistencial do HPS
Mestranda em Saúde Coletiva
Especialista em Direito Sanitário

Patricia de Mello Jorge
Enfermeira assistencial do HPS
Especialista em Enfermagem em Terapia Intensiva

Janete M. Damo
Enfermeira assistencial do HPS
Especialista em saúde da Família

Eunice V. De Moura
Enfermeira assistencial do HPS
Mestre em saúde da criança

Objetivo Primário:

Adquirir conhecimentos no âmbito da gestão de resíduos hospitalares para um melhor descarte dos mesmos.

Objetivo secundário:

Capacitar 100% dos colaboradores da emergência, através de aulas; essas serão ministradas no auditório do hospital, assim como *"in loco"*.

Introdução:

As Resoluções ANVISA 306/04 e CONAMA 385/05 (ii) estabelecem um marco único e integrado para gestão de lixo hospitalar gerado nos estabelecimentos de saúde, inclusive a separação, armazenagem, transporte, tratamento e despejo final; obrigam o desenvolvimento e a implementação de um Plano de Gestão de Lixo Hospitalar em todos os estabelecimentos de saúde. Os resíduos de serviços de saúde, gerados em hospitais, clínicas médicas, postos de saúde e congêneres constituem uma pequena parcela no montante de resíduos gerados no país – cerca de 1%. No entanto, são particularmente importantes pelo risco potencial que apresentam a saúde pública e ao meio ambiente, podendo ser fonte de microorganismos patogênicos, componentes químicos e radioativos. Desta forma, torna-se evidente a importância de um plano de gerenciamento adequado para estes resíduos como elemento-chave nas ações em saúde pública e um item relevante em termos de saneamento ambiental Os Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (RSS), mais comumente denominados de "Resíduo Hospitalar", sempre constituíram-se em problemas bastante sérios para os administradores hospitalares.

Resultados:

Com a implantação de um plano de gestão no manejo dos RSSS bem como a criação do manual de práticas e manuseio adequado para esses, classificar e identificar os resíduos; acondicionar e coletar adequadamente os resíduos em seus respectivos recipientes; evitar acidentes de trabalho com objetos perfuro cortantes; evitar a proliferação de insetos e roedores; evitar o desperdício; evitar contaminação do meio ambiente. Assim Cumprindo os objetivos propostos pela instituição conforme exigido pelas portarias vigentes.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Exposição a materiais biológicos**. Brasília: ed. Ministério da Saúde, 2006. 76 p.:il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC/Anvisa n. 306, de 07 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre o Regulamento Técnico.**

SMS
Secretaria Municipal da Saúde

COMISSÃO INTERNA DE GERENCIAMENTO DE ENERGIA – MAIOR IMPORTÂNCIA EM TEMPOS DE CRISE

Autor:

Ricardo Zucarelli Pulvirenti
Engenheiro Mecânico pela PUC/RS, Pós em Eficiência Energética.
Presidente da Comissão Interna de Gerenciamento de Energia da SMS.
ricardozp@sms.prefpoa.com.br

Colaboradores:

Elmo Raupp Viegas
Engenheiro Civil
Coordenador da Assessoria de Projetos da SMS

José Angelo Moren dos Santos
Engenheiro Mecânico e de Segurança do Trabalho
Coordenador da Manutenção do HPS

Elton Luis Bortoncelo
Engenheiro Mecânico e de Segurança do Trabalho
Assessor de Engenharia do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas

Raimundo Teruhiko Ito
Eletrotécnico, Chefe de Manutenção da Coordenação de Urgências da SMS

Glaucio Sidiomar Costa
Eletrotécnico, Chefe de Manutenção do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas

Giovani Zanirati Ramos
Eletrotécnico, Manutenção do HPS

Fabio Rogério Chaves
Técnico em Eletrônica curso Superior em Tecnologia de Automação Industrial.

Oscar Bina Moraes
Engenheiro Civil pela Assessoria de Projetos da SMS

Marcelo Roese
Chefe da Manutenção Predial da SMS.

Objetivo:

Mostrar a importância da Comissão Interna de Gerenciamento de Energia (CIGE) em Órgãos Públicos, principalmente em tempos de crise, usando como exemplo a da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

Resumo:

Visamos demonstrar que mesmo com dificuldade e até suspensão no andamento de Projetos pela redução dos recursos financeiros da Prefeitura de Porto Alegre, a CIGE consegue de forma indireta trazer benefícios para o cidadão portoalegrense através da redução dos gastos da Prefeitura com energia elétrica. Entre as ações executadas direta ou indiretamente pela CIGE SMS, destacamos:

Nos prédios com maiores demandas de energia foram negociados novos contratos com a CEEE reduzindo os custos mensais;

Troca da iluminação por mais eficiente em prédios da SMS sem custos para a Prefeitura, além de estudos para troca por lâmpadas a LED em outros prédios;

Projeto para trocar acionamentos dos monta cargas e elevadores sociais no HMIPV visando redução no consumo de energia;

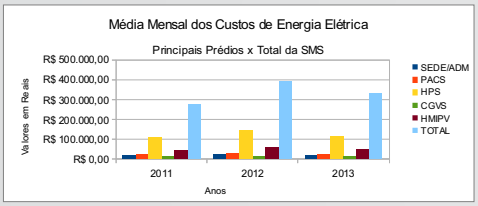
Encaminhada proposta de Modernização dos elevadores da Vigilância Sanitária;

Aquisição de banco de capacitores no HMIPV, reduzindo as multas por baixo fator de potência pela CEEE;

Em andamento substituição das caldeiras elétricas do HPS por sistema a gás, responsáveis por 35 % do consumo de energia do Hospital;

Mudança nas especificações de equipamentos de refrigeração, autoclaves e compressores, com área de Compras, visando aquisição com maior eficiência energética;

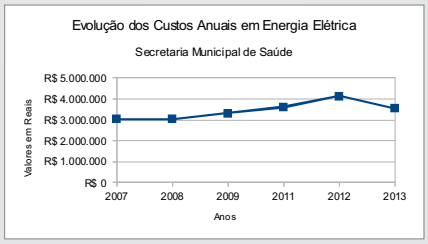
Restrição na aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado e demais equipamentos de alto consumo de energia, com verificação prévia das condições de fornecimento de energia nos prédios, adequando com o sistema de refrigeração e capacidades mais indicadas para cada ambiente.



Resultados:

As planilhas abaixo mostram a evolução dos gastos na Secretaria Municipal de Saúde, o aumento considerável no consumo entre os anos de 2010 a 2012 e o resultado das ações da CIGE revertendo a situação, apesar do aumento da área predial.

	2006	2007	2008	2009
R$, 00 anual	R$ 3.219.804	R$ 3.038.845	R$ 3.045.599	R$ 3.324.824
R$,00 média mensal	R$ 268.317	R$ 253.237	R$ 253.800	R$ 277.069
kWh anual	9.969.617	12.694.543	9.692.928	10.229.856
kWh média mensal	830.801	1.057.879	807.744	852.488
Áreas estimadas	103.910	104.624	105.425	106.680
R$/área média mensal	2,58	2,42	2,41	2,60
kWh/área média mensal	8,00	10,11	7,66	7,99
	2010	**2011**	**2012**	**2013**
R$, 00 anual	R$ 3.553.686	R$ 3.614.800	R$ 4.144.458	R$ 3.544.355
R$,00 média mensal	R$ 296.141	R$ 301.233	R$ 345.372	R$ 295.363
kWh anual	11.880.900	12.085.220	13.856.005	11.849.702
kWh média mensal	990.075	1.007.102	1.154.667	987.475
Áreas estimadas	107.635	108.328	113.419	115.981
R$/área média mensal	2,75	2,78	3,05	2,55
kWh/área média mensal	9,20	9,30	10,18	8,51



UNIDADE DE SAÚDE COHAB CAVALHADA

Autor

Oscar Bina Moraes
Engenheiro da Assessoria de Projetos da Secretaria Municipal de Saúde (SMS);

Projetista da Unidade:
João Edmundo Salvi
Arquiteto

Fiscal da Obra:
Josiane Gasperin
Engenheira da Assessoria de Projetos da SMS

Desenho:
Marcelle Freitas Bissigo
Estagiária de Arquitetura da SMS

Objetivo:

Execução de obra para implantação da Unidade de Saúde da Família COHAB Cavalhada na rua Paulo Maciel nº 220. Obra executada em 330 dias. Área construída de 517,30m².

Visualização do Projeto

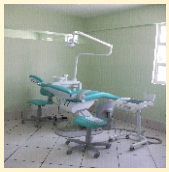
Resumo:

Com base no Programa de necessidades da Gerência de Saúde Centro-Sul, para atendimento à população da região da Cohab-Cavalhada e parte da Vila Nova, o projeto foi concebido para três equipes de saúde da família e duas cadeiras de odonto. Usando um novo conceito de arquitetura em edificações de Saúde, atendendo as Normas do Ministério de Saúde e Vigilância Sanitária, a obra foi concebida com conceitos de eficientização energética usando telhas térmicas tipo sanduiche, iluminação eficiente e amplas áreas de ventilação. Também fez uso ecológico dos recursos, principalmente no reaproveitamento das águas pluviais.

O Projeto da obra incluiu as discriminações técnicas, orçamentos, cronograma físico-financeiro, levantamento topográfico, sondagem do solo, projeto de arquitetura, projeto estrutural e de fundações, projeto hidrossanitário, projeto elétrico (rede elétrica, alarmes, rede lógica e telefônica) e PPCI (Plano de Prevenção Contra Incêndio). Estrutura feita com Micro-estacas, Vigas de baldrame, Lajes pré-moldadas, pilares, vigas e cintas de amarração, obedecendo rigorosamente ao disposto na NBR-6118. Internamente fez se amplo uso de paredes de Gesso Acartonado dry-wall, resistentes à umidade. Colocadas telhas metálicas:tipo sanduíche com EPS-30mm sobre tesouras e vigas metálicas. Colocadas torneiras com fechamento automático, um escovódromo com 3 cubas de embutir, saboneteiras para sabonete líquido e chuveiros elétricos com DR. Os aparelhos de climatização atendem exigências da Vigilância Sanitária quanto à renovação de ar usando onde necessário ventilação forçada . Para iluminação usou se luminárias Fluorescentes Compactas tipo plafon de forro (internas), tipo tartaruga (externas), e luminárias com lâmpadas fluorescentes de sobrepor de 32W, todos com selo Procel "A" certificadas pelo INMETRO. Tomadas elétricas com certificadas pelo INMETRO atendendo NBR 6147 e 6527 e todos os circuitos com aterramento. Colocados na obra sistema de alarme com dutos e sensores de presença conectados ao sistema da Guarda Municipal. Instalação de fossa padrão DMAE, com filtros e sua ligação até a Rede Pública com caixa de inspeção junto ao passeio. Dada atenção especial nas impermeabilizações e pavimentações para evitar infiltrações futuras. Em toda construção feito uso de materiais de 1º qualidade, de acordo com as Normas técnicas existentes, detalhando ao máximo as especificações.

Resultados:

Obra inaugurada em 16 de dezembro de 2013



Autores:

Ricardo Zucarelli Pulvirenti
Engenheiro Mecânico pela PUC/RS, Pós em Eficiência Energética.
Engenheiro da Secretaria Municipal de Saúde
ricardozp@sms.prefpoa.com.br

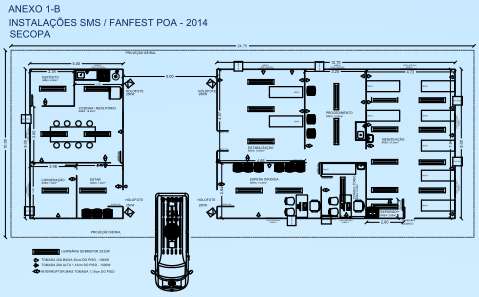
Miriá Patines
Enfermeira, Coordenadora das Urgências da Secretaria Municipal de Saúde
mmpatines@hotmail.com

Elmo Raupp Viegas
Engenheiro, Coordenador da Assessoria de Projetos da Secretaria Municipal de Saúde
elmo@sms.prefpoa.com.br

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO AVANÇADA

Objetivo:

Usar estruturas provisórias ou Unidades de Pronto Atendimento avançadas (UPA-A) para atendimento de saúde urgente e emergencial, pelo SAMU de Porto Alegre à população, nos locais ou eventos importantes onde houver grande concentração de público.



Resultados:

Foram feitos diversos atendimentos durante o Carnaval que evitaram o deslocamento desnecessário de ambulâncias do SAMU aos Hospitais ou Unidades de Pronto Atendimento, além de atender imediatamente os pacientes, evitando aumento na gravidade dos casos atendidos. Anexo fotos e plantas baixas das Unidades de Pronto Atendimento Avançadas.

Resumo:

A primeira UPA-A do SAMU foi instalada durante o Carnaval de 2.014 no Porto Seco. A segunda, composta de duas unidades maiores, para o período da Copa do Mundo de Futebol com duas unidades, uma na FANFEST e outra no Parque Harmonia.

São compostas de Stands Modulares e coberturas de lona. Possuem áreas de espera dirigida, estabilização, procedimentos, observação e consultório, bem como cozinha, refeitório e estar para os funcionários durante os plantões.

No Porto Seco a estrutura teve 02 modulos. Um com dimensões (comp.x larg. x pé dir.) 5,00x 8,00x 2,50 m e outro com 8,00x 8,00x 2,50m. Sobre eles, coberturas de lona KP 1.000 tipo pirâmide, anti chama, sustentadas por estruturas metálicas parafusadas nas dimensões 10,00x 10,00x 3,40m cada. Vem com janelas de alumínio, divisórias internas em chapas "Divilux", paredes e tetos em perfis de aço anodizados e painéis de chapas TS. Acabamento interno das paredes e forros em chapas de PVC. Piso de chapas de madeira com decorflex colado sem emendas, sobre estrutura de madeira apoiada em chassis de aço. Luminárias e lâmpadas eficientes na parte interna e refletores na área coberta das Ambulâncias. Colocadas tomadas de força para equipamentos de grande capacidade, pias, lavatórios, expurgo e rampas de acesso a deficientes em cadeiras de rodas e macas. Instalados microcomputadores, radio comunicação, bebedouro, poltronas, fogão, micro-ondas e mesa de refeitório. Para os atendimentos possuem macas, desfibriladores, laringoscópio, suportes de soro e demais equipamentos médicos. Todas as peças com aparelhos de ar condicionado para perfeita climatização. Como segurança são equipados com extintores ABC e todos os materiais em conformidade com as Normas de PPCI (Plano de Prevenção e Proteção Contra incêndio) vigentes.

Na Fanfest e parque Harmonia, cada estrutura com dois módulos, sendo um com 5,00x 8,00x 2,50m, outro com 8,00x 13,00x 2,50m. Sobre os módulos as coberturas de lona com 25,00x 10,00x 3,40m. Em relação às estruturas do carnaval há torneiras alavanca para uso sem as mãos, maior número de tomadas de força, de macas, de equipamentos médicos de urgência e de extintores.

Autores:

Ricardo Zucarelli Pulvirenti
Engenheiro
Assessoria de Projetos da SMS
ricardozp@sms.prefpoa.com.br

Evelise Klein da Rosa
Graduanda em Ciências Sociais
Assessora técnica da Saúde Bucal
evelise.rosa@sms.prefpoa.com.br

Evelise Tarouco da Rocha
Cirurgiã-dentista,
Coordenação da ATSB (SMS)
evelise.rocha@sms.prefpoa.com.br

Mariza Ochoa Favarini
Cirurgiã-dentista
Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde
ochoa@sms.prefpoa.com.br

Fernando Ritter
Cirurgião-dentista
Coordenador do IMESF
fernandor@sms.prefpoa.com.br

Sibila Persici
Cirurgiã-dentista,
Assessora Técnica da ATSB/SMS
sibila.persici@gd5.prefpoa.com.br

Luciana Maria de Souza
Cirurgiã-dentista.
Coordenação do CEO do Centro de Saúde
Vila dos Comerciários
lucianams@sms.prefpoa.com.br

Liane Krauser Killian
Cirurgiã-dentista
Coordenadora do CEO IAPI
liane.kilian@sms.prefpoa.com.br

Liliane Cardoso Hilgert
Crurgiã-dentista
carolina@sms.prefpoa.com.br

Rosemary Canazaro Coutinho
Cirurgiã-dentista
rosemarycc@gd5.prefpoa.com.br

Silvana Lúcia Coelho de Souza
Cirurgiã-dentista
silvanasouza@sms.prefpoa.com.br

Luciana Bitello Firmino
Cirurgiã-dentista
luciana.firmino@sms.prefpoa.com.br

João L. S. de Carvalho
Manutenção de Equipamentos
Joao.carvalho@sms.prefpoa.com.br

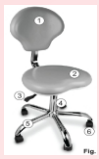
PADRONIZAÇÃO DE MATERIAIS, INSUMOS, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

Introdução:

Com a implantação do SUS e descentralização dos recursos, os municípios assumiram a gestão de compras de todos materiais aos serviços de saúde. Porto Alegre após 2010 implantou novos serviços na atenção primária, secundária e terciária. Mais profissionais e serviços atuando, trouxeram desafio de proporcionar materiais, insumos, mobiliários e equipamentos adequados à ergonomia do trabalhador, com qualidade satisfatória e efetivos no atendimento à comunidade. Visando a melhoria no processo de aquisição aos setores odontológicos foi criada a Comissão de Padronização de Materiais e Equipamentos Odontológicos da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre – COMPAMEO.

Objetivo:

Apresentar o processo de implantação e melhorias advindas da criação da COMPAMEO, que visa disciplinar a qualidade na aquisição e manutenção dos materiais, insumos, mobiliário e equipamentos odontológicos, via processos normatizados.



Resultados e Conclusões:

A melhoria nas especificações e padronização das compras possibilitou mais transparência, livre concorrência, diminuiu os recursos nos pregões. A maior qualidade e atualização tecnológica dos ítens adquiridos gerou melhor custo/benefício, diminuiu os chamados de manutenção e reclamação dos profissionais nas unidades. Houve significativa melhora nos processos de aquisição com redução na variabilidade dos produtos, aumento da qualidade; gerando economia (menores custos), maior segurança e garantia da qualidade da assistência técnica prestada. Finalmente, vem protegendo os interesses do Serviço Público e qualificando a atenção à saúde dos usuários.

Metodologia:

A COMPAMEO foi criada pelo desejo de melhoria na qualificação dos materiais e equipamentos odontológicos adquiridos pela SMS, principalmente após observação e analise dos problemas gerados pelos frequentes equipamentos em manutenção, alto descarte e vencimentos de materiais, muitas discussões com fornecedores e impugnações de pregões por deficiência nas especificações.

Inicialmente, foram envolvidos profissionais da Atenção Básica, Centros de Especialidades Odontológicas, Coordenação de Saúde Bucal, Urgências odontológicas, Compras, Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde, manutenção de equipamentos e Assessoria de Projetos. Criou-se o Regimento Interno e a oficialização da Comissão ocorreu no DOPA de 28/03/2012.

Seu trabalho consiste de consulta a catálogos, pesquisas na Internet, reuniões com fornecedores, assistências técnicas, outras Comissões, Órgãos Públicos e Universidades. Elabora novas especificações dos materiais, insumos, mobiliário e equipamentos. Define critérios padrões de análise e compra. Revisa todas especificações antigas eliminando as que não se enquadram nos critérios. Após repassa as informações às áreas de compras. Iniciou processo de avaliação de marcas e novos produtos e o Cadastro de Marcas aprovadas pela Comissão, para fins licitatórios. Em implantação relatórios de avaliação pelos profissionais nas unidades da SMS para definir os melhores equipamentos a comprar e quais rejeitar, com dados estatísticos.

ATIVIDADE COMEMORATIVA AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Autoras:

Angela Ester Ruschel
Psicóloga / HMIPV
angelaer@hmipv.prefpoa.com.br

Sandra Corrêa da Silva
Psicóloga / HMIPV / SMS
sandracs@hmipv.prefpoa.com.br

Adriana Mengue Model
Assistente social / HMIPV

Denise Borba Narciso
Terapeuta ocupacional / HMIPV

Objetivo:

Oportunizar o encontro de mulheres atendidas pela equipe do ambulatório de violência; Desenvolver oficinas de embelezamento, almoço coletivo e passeio turístico com pacientes em acompanhamento; - Realizar atividades práticas que auxiliem as mulheres vítimas de violência doméstica a despertar a sua consciência crítica e repensar projetos de vida de forma menos violenta.

Resumo:

No dia 11 de março de 2011 ocorreu no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV) um evento alusivo ao DIA INTERNACIONAL DA MULHER, organizado pela equipe do Ambulatório de Atenção às Situações de Violência. A atividade foi planejada com o objetivo de atender as pacientes mulheres e as mães de pacientes deste ambulatório, enfocando a importância do trabalho de estima, cuidado pessoal e inserção social. As mulheres participaram de grupos de conversa com os profissionais do Ambulatório e realizaram atividades em Oficinas de cuidado pessoal com a participação de profissionais e voluntários do SENAC Saúde e Beleza (penteado, manicure e maquiagem). Realizaram também fotos artísticas após tal produção pessoal em Oficina realizada pela equipe do hospital. No seguimento da atividade, houve um almoço de confraternização no refeitório do hospital e, à tarde, saída para passeio no ônibus turismo pelas ruas de Porto Alegre. Para a realização desta atividade contou-se com as seguintes parcerias e apoio: Serviços de Ambulatório, Manutenção e Nutrição do hospital; Secretaria de Turismo de POA; SENAC-Canoas; ONG Parceiros Voluntários; Nutrisabor; CARRIS; Empresa de Turismo JANIZ; Farmácias Marcela e Nutriderme e Bazar SUL.

Resultados:

As fotografias foram usadas na construção de um vídeo em homenagem às mulheres e que foi apresentado em momento posterior para o grupo participante, no auditório do HMIPV, oportunizando a reflexão sobre as atividades realizadas e sobre o papel da mulher nos diferentes espaços de convivência. Cada participante recebeu um CD com todas as fotografias produzidas no evento e uma foto pessoal impressa. Percebeu-se, a partir desse trabalho, uma melhora significativa na auto estima das mulheres e um menor índice de absenteísmo nas consultas.

RESIDÊNCIA INTEGRADA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE - RIMS: ÊNFASE EM SAÚDE DA CRIANÇA HMIPV/SMS

Autoras:

Denise Borba Narciso
Terapeuta ocupacional
narciso.db@gmail.com

Malviluci Campos Pereira
Enfermeira

Alice Falcão Pereira
Assistente social

Maria da Graça Alexandre
Fisioterapeuta

Sandra Corrêa da Silva
Psicóloga

Sandra Mara Barbosa de Souza
Nutricionista

Claudia Zanini
Fonoaudióloga

Raquel Borba
Enfermeira

Jane Heringer
Psicóloga

Gicelaine Jacobsen Albrecht
Fisioterapeuta

Tatiana Paniz
Fonoaudióloga

Sonia Mara Martini
Nutricionista

Luciana Zanetti
Assistente social

Mirtha da Rosa Zenker
Terapeuta ocupacional

Profissionais do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas/SMS.

Objetivo

Apresentar a proposta do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da Criança com transversalidade em Violência e Vulnerabilidade Social - parceria do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV) com a UFRGS.

Resultados

O projeto foi aprovado com disponibilidade de bolsas de estudo pelo MEC, iniciando as stividades da primeira turma de residentes, em março de 2014.

Referências:

BRASIL, Ministério da Saúde. Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes – prevenção de violências e promoção da cultura de paz. 2008.

Resumo

A rede de serviços SUS é lócus distinto para identificar, acolher, atender, notificar, cuidar e proteger crianças e adolescentes que vivem em condições de vulnerabilidade social e/ou em situação de violência (BRASIL, 2008). Na gestão das políticas de saúde de Atenção Integral a esse segmento, o HMIPV apresenta-se como instituição de referência no Estado para atendimento e produção de cuidado, com a disponibilização de diferentes serviços e setores. Assim, tem propiciado intercâmbio de práticas, aprendizagens e estágios para profissionais de diversas áreas da saúde e instituições de ensino. Nesse contexto,, propõe-se a criação do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Criança com transversalidade nas questões de Violência e Vulnerabilidades. Esse programa aponta para a participação de diversas áreas profissionais visando propiciar a troca de experiências e novas formas de comunicação entre conhecimentos. Deste modo inicia-se-se a implementação de um plano de formação multi/interdisciplinar, com a participação de diversas categorias profissionais. Baseando-se na troca sistemática e contínua de conhecimentos pretende-se promover ações mais eficazes na abordagem das questões de violência e vulnerabilidades dentro da área da Saúde da Criança. A partir desta proposta espera-se contribuir para a qualificação do atendimento multiprofissional e para a formação de recursos humanos para o SUS, buscando-se o desenvolvimento de um perfil profissional comprometido com ser humano e coletividade, inserido no trabalho em rede.

4ª expotec
MOSTRA DE TRABALHOS
E PROJETOS DOS TÉCNICOS
DE NÍVEL SUPERIOR
DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.

astec
Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre

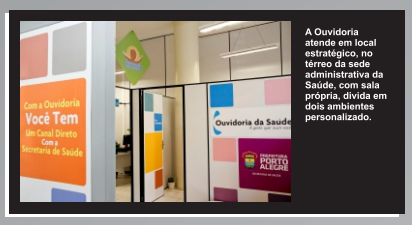
OUVIDORIA DA SAÚDE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

Autora:

Cármen Lúcia Nunes Jasper
Jornalista e Coordenadora da Ouvidoria / SMS
Pósgraduação em Comunicação e Saúde (UNISINOS) e em Gestão Pública (UFRGS)
jasper@sms.prefpoa.com.br

Objetivo:

Proporcionar condições para elaborar uma radiografia da assistência prestada aos usuários do SUS no município de Porto Alegre, identificando os problemas mais comuns e persistente propondo novas rotinas ou procedimentos, contribuindo para qualificação do SUS .



A Ouvidoria atende em local estratégico, no térreo da sede administrativa da Saúde, com sala própria, divida em dois ambientes personalizado.

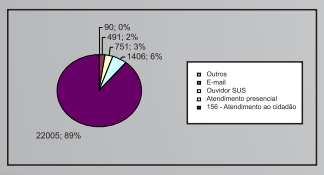
Resultados:

Com esta nova proposta, a Ouvidoria tem ratificado seu papel de se transformar num imprescindível instrumento de gestão a fim de dar suporte as mudanças de rumos e qualificação nas políticas de saúde desenvolvida pela instituição.

A organização e o novo layout do espaço apenas não alteram o processo de trabalho, mas é uma ferramenta que contribuiu para as mudanças, com um acolhimento mais qualificado ao cidadão e uma estrutura física que favorece o processo de trabalho dos servidores, além de se sentirem mais à vontade e confortável na realização de suas tarefas.

O atendimento qualificado tem ampliado o número de cidadãos que procuram a Ouvidoria. Em 2010 foram recebidas 311 demandas no atendimento presencial, neste ano apenas no primeiro quadrimestre foram atendidas 455. Em 2013, mais de 24 mil demandas passaram pela Ouvidoria.

Gráfico:
Principais canais de acesso da Ouvidoria.



Resumo:

A Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) é um canal de comunicação por onde os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) podem buscar informações, esclarecer dúvidas, encaminhar reclamações, solicitações e sugestões para melhoria do atendimento, assim como elogios e críticas no qual são encaminhados para suas diversas áreas se manifestarem. O registro pode ser feito através de telefone (sistema Fala Porto Alegre 156), carta, presencial e Internet (portoalegre.rs.gov.br). Para esse órgão se tornar um instrumento de gestão eficiente de articulação entre o cidadão que exerce seu papel no controle social e os gestores públicos de saúde, a Ouvidoria precisa de qualificação e valorização. Criada em abril de 2008, a partir de 2013 foi proposta uma reestruturação, com mudança de métodos e fluxos de trabalho, além de capacitações e oficinas de integração com os trabalhadores e a inauguração de um novo espaço de atendimento presencial que acolhesse as manifestações dos cidadãos.

Para consolidar e aprimorar este mecanismo, a Ouvidoria priorizou e focou na meta de construir um espaço qualificado para esta comunicação. O novo local foi inaugurado em dezembro de 2013, no andar térreo da sede administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, na avenida João Pessoa, 325, com acessibilidade para todos.

REFERÊNCIAS

LIMA, Chussely Souza. Ouvidor-gestor: a necessidade da ouvidoria moderna. Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios Recife.Vol.I, fev, 2010, p.210.
LIMA, Chussely Souza. Gestão de relacionamento com líderes: desafio para o ouvidor.
Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Ano 7. Nº. 12 – São Paulo: Gestcorp-ECA-USP, Abracorp 2010 p. 212.
LYRA, Rubens Pinto. O papel do Ouvidor Universitário. Disponível em: www.ufpb/home/ouvidoria/artigos/ouvuniv.3.htm Acesso em: 1° de set. 2013.
VISMONA, Edson Luiz. "Dez anos da ABO e a construção da ouvidoria brasileira".
In: VISMONA, Edson Luiz (Org) A ouvidoria brasileira. Dez anos da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombusdsman. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo;
Associação Brasileira de Ouvidores / Ombudsman, 2005.

SMS
Secretaria Municipal da Saúde

Autoras:

Isete Maria Stela
Técnica Responsável pela Vigilância da DST/HIV/AIDS

Lisiane Morelia Weide Acosta
Técnica Responsável pela Vigilância da Gestante HIV e criança exposta.

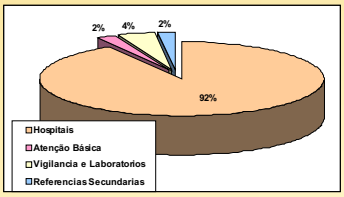
MUDANÇAS OBSERVADAS PELA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO HIV/AIDS APÓS A IMPLANTAÇÃO DO TESTE RÁPIDO DO HIV NA REDE DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre é capital brasileira com o maior coeficiente de detecção de casos de AIDS no Brasil nos últimos 7 anos, com média de 103,10 casos/100mil habitantes. Pela alta prevalência e buscando incidir nesta realidade, o município instituiu a realização do testes rápido em toda a rede de saúde e ampliou a notificação compulsória do HIV para todos a partir de março de 2013, além da gestante HIV e criança exposta que já eram de notificação compulsória desde 2001.

Com a capacitação da Rede de Atenção Básica e Unidades de Pronto Atendimento para a realização do teste rápido para o HIV/ Sífilis, observou-se um processo de descentralização da testagem que tem possibilitado o acesso e acolhimento da população nas unidades básicas de saúde para o seu diagnóstico. Anteriormente o diagnóstico do HIV era realizado nos Centros Especializados (Centros de Testagem e Aconselhamento – CTA) e Laboratórios, o que na maioria das vezes despendia tempo e deslocamento para outras regiões da cidade, ocasionando perdas de oportunidades para o conhecimento da sorologia e acompanhamento do caso.

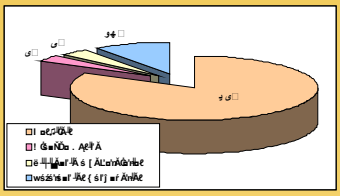
Foram capacitadas todas as Unidades de Saúde (146) dos 18 Distritos Sanitários, que tinham como prioridade testar inicialmente as gestantes, mas que estenderam o acesso a todas as pessoas com indicação e/ou interesse no diagnóstico. O processo de matriciamento dos casos vem sendo realizado concomitante com a implantação do teste.

Na vigilância epidemiológica da gestante HIV e criança exposta o percentual de notificação hospitalar, no momento do parto, sempre foi preponderante. Entretanto, a política de implantação do teste rápido do HIV na atenção básica em Porto Alegre começou a repercutir no aumento da fonte notificadora dos casos à vigilância epidemiológica ser da atenção básica e referências secundárias, com diminuição do percentual dos hospitais e da própria vigilância, tendo em vista que esta notificação inicia no pré-natal da gestante. Esta mudança pode ser observada nos gráficos abaixo.



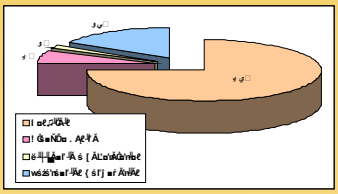
Fonte:EVDT/CGVS/SMS/POA

Gráfico 1 – Distribuição por Níveis de Assistência das Fontes Notificadoras dos Casos de Gestante HIV+ e Crianças Expostas em Porto Alegre no ano de 2011.



Fonte:EVDT/CGVS/SMS/POA

Gráfico 2 – Distribuição por Níveis de Assistência das Fontes Notificadoras dos Casos de Gestante HIV+ e Crianças Expostas em Porto Alegre no ano de 2012.



Fonte:EVDT/CGVS/SMS/POA

Gráfico 3 – Distribuição por Níveis de Assistência das Fontes Notificadoras dos Casos de Gestante HIV+ e Crianças Expostas em Porto Alegre no ano de 2013.

Observa-se que no ano de 2011, pré-implantação do teste rápido, o percentual dos casos notificados pelos hospitais foi de 92%, da atenção básica foi 2%, da referência secundária (SAE e Centro de Especialidades) 2% e da própria vigilância e laboratórios de 4%. No ano de 2013, o percentual notificado dos hospitais cai para 75%, aumenta para 7% os da atenção básica, 16% da referência secundária e diminui para 2% o percentual da própria vigilância e laboratório. Esta mudança reflete o objetivo da apropriação dos casos de gestantes HIV + e crianças expostas pela na rede de atenção básica no seu próprio território, objetivo da política de saúde no município.

Na notificação do portador do HIV sem ser gestante, foram notificados à Equipe de Vigilância de Doenças Transmissíveis (EVDT), no período de março de 2013 a 21/02/2014, 1009 casos de HIV + (58,7% em homens e 41,3% em mulheres) e destes 577 casos com diagnóstico no ano 2013, 151 no ano 2012 e outros 281 casos distribuídos em anos anteriores. A participação da Atenção Primária foi de 16,3% dos casos notificados de HIV e diagnosticados em 2013, fato esse que incorpora as unidades à rede de acompanhamento desse agravo, sendo que destas 42,5% (62) notificaram pelo menos um caso de HIV +.

Outros 10% de casos informados a Vigilância eram de indivíduos que já constavam no banco de dados do SINAN como casos de AIDS, sendo que os mesmos eram desconhecidos pela rede básica de saúde, possivelmente encontravam-se fora do sistema de saúde e/ou em abandono de tratamento, e a aproximação através da testagem rápida e do acolhimento ao portador do HIV que tem possibilitado a reinserção desses indivíduos para o acompanhamento.

A notificação do HIV além de proporcionar o conhecimento mais precoce dos casos permite a identificação das situações de risco/vulnerabilidade de cada área, possibilita trabalhar os preconceitos e estigmas, bem como a instituição ações preventivas adequadas a realidade local e facilitação do acesso aos insumos e tecnologias de prevenção primária, secundária e terciária.

PLANEJAMENTO EM SAÚDE: UM PROCESSO PARTICIPATIVO E DEMOCRÁTICO

Autoras:

Juliana Maciel Pinto
Enfermeira
Mestre em Enfermagem pela UFRGS
Assistente Técnica da Coordenadoria-Geral de Atenção Primária, Serviços Especializados Ambulatoriais e Substitutivos da SMS
julianamp@sms.prefpoa.com.br

Lurdes Maria Toazza Tura
Enfermeira
Escola de Saúde Pública /RS e FIOCRUZ
Assistente Técnica da Assessoria de Planejamento e Programação da SMS
lurdest@sms.prefpoa.com.br

Objetivo:

Instituir a participação social como ação intrínseca à elaboração do Plano Municipal de Saúde 2014-2017 em Porto Alegre. Instituir a participação social como ação intrínseca à elaboração do Plano Municipal de Saúde 2014-2017 em Porto Alegre.

Figura 1 - Oficina de análise situacional em saúde com representantes dos distritos de saúde Sul e Centro Sul, em Porto Alegre, RS.

Fonte: Juliana Maciel Pinto, janeiro de 2013.

Resumo:

O Plano Municipal de Saúde (PMS) tem por finalidade apresentar o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) para o quadriênio 2014-2017, sendo o instrumento norteador das ações a serem realizadas neste período. A elaboração do instrumento realizado a partir de uma análise situacional apresenta as intenções e os resultados a serem buscados no período de quatro anos, expressos em objetivos, diretrizes e metas. Deve ser a expressão das políticas e dos compromissos de saúde na esfera da gestão pública municipal. É a base para a execução, o monitoramento, a avaliação e a gestão do sistema de saúde. Para a efetivação dos compromissos pactuados, o PMS é um instrumento temporal do Ciclo Orçamentário e planejamento do SUS e deve integrar o processo de planejamento integrado de governo. No setor publico brasileiro e do setor saúde especificamente, este processo deve ser realizado de forma integrada e temporal. Assim, as Políticas de gestão devem ser realizados no primeiro ano de governo das gestões federal, estadual e municipal, bem como ter a vigência de quatro anos.

Resultados:

Entendendo que o processo de planejamento deve ser ascendente e descentralizado, mais de 1000 pessoas foram envolvidas na elaboração do PMS, que foi realizado num período de seis meses entre 2012 e 2013. Foram realizadas oficinas em todas as regiões da cidade, com a participação de trabalhadores, gestores prestadores e usuários dos serviços de saúde, bem como representantes das instituições de ensino no SUS e conselheiros de saúde atuantes nas comunidades de cada região. Este processo evidenciou que os instrumentos de gestão, quando elaborados com o envolvimento de vários atores, tem maiores chances de serem efetivados na prática.

Para qualificação do acesso dos usuários do SUS e dos indicadores de saúde no município, identificou-se a necessidade de potencialização da articulação das esferas de atenção, gestão, controle social e vigilância em saúde. Conclui-se que a participação social e a ampliação da democracia favorecem a efetivação das políticas sociais no SUS, uma vez que estimula os atores envolvidos à execução de ações voltadas ao cumprimento de metas comuns, pactuadas nos instrumentos formais de gestão da SMS.

Referências:

Brasil Ministério da Saúde Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Plano Nacional de Saúde 2012 - 2015, Brasília 2011, 114 pg
Brasil, Ministério da Saúde, Manual de orçamento e finanças públicas para conselheiros de saúde/ Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Brasília: 2011, 112pg Serie A Normas e manuais técnicas.
Prefeitura Municipal de Porto Alegre PLANO PLURIANUAL 2010-2013 com alterações até 31.12.2011 – Porto Alegre 303 pg.
Secretaria Municipal de Saúde, Plano Municipal de Saúde 2010-2013 Porto Alegre 2010, 495 pg.
Sistema de Planejamento do SUS – PlanejaSUS Cadernos de Planejamento, volume 2 – Instrumentos Básicos.
Prefeitura Municipal de Porto Alegre PLANO PLURIANUAL 2010-2013 com alterações até 31.12.2011 – Porto Alegre 303 pg.

Associação dos Técnicos
de Nível Superior
do Município de Porto Alegre

www.astecpmpa.com.br